

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

HANEY SOARES SILVA

IMPLICAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O RACISMO BRASILEIRO:

UM ESTUDO SOBRE POSSIBILIDADES

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Haney Soares Silva**

Título do trabalho: **Implicações psicanalíticas sobre o racismo brasileiro: um estudo sobre possibilidades**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 09/06/2021, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HANEY SOARES SILVA, Discente**, em 10/06/2021, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2119768** e o código CRC **6B939558**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

HANEY SOARES SILVA

IMPLICAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O RACISMO BRASILEIRO:

UM ESTUDO SOBRE POSSIBILIDADES

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, com
ênfase em Processos Clínicos, na Universidade
Federal de Goiás, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª.
Priscilla Melo Ribeiro de Lima

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Haney Soares

Implicações psicanalíticas sobre o racismo brasileiro [manuscrito] : um estudo sobre possibilidades / Haney Soares Silva. - 2021.

0 66 f.

Orientador: Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui tabelas.

1. Racismo. 2. Escravização. 3. Negro. 4. Brasil. 5. Psicanálise. I. Lima, Priscilla Melo Ribeiro de, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos nove dias do mês de junho de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**Implicações psicanalíticas sobre o racismo brasileiro: um estudo sobre possibilidades**”, de autoria de **Haney Soares Silva**, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela professora doutora Priscilla Melo Ribeiro de Lima - orientadora (FE-UFG) com a participação da Banca Examinadora composta por: Profa. Dra. Marilúcia Pereira do Lago (FE/UFG) e Ms. Enoe Isabela Baía de Moraes (membro externo à UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professor do Magistério Superior**, em 04/10/2021, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Enoe Isabela Baía de Moraes, Usuário Externo**, em 07/10/2021, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marilucia Pereira Do Lago, Professor do Magistério Superior**, em 07/10/2021, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2392229** e o código CRC **6B6FB16B**.

Resumo

Trabalho de conclusão do curso de Psicologia que tem por objetivo investigar contribuições e possibilidades psicanalíticas para a compreensão e intervenção do que tange às questões sócio-raciais brasileiras. Para tanto, realizamos duas etapas: (1) uma construção teórica com elementos da História, da Sociologia e da Psicologia sobre as origens do racismo brasileiro, seus mecanismos e seus efeitos; (2) uma revisão integrativa de publicações acadêmicas da última década acerca do tema abordado e baseadas no referencial teórico psicanalítico. Ao longo do trabalho discutimos temas como a escravização, o mito da democracia racial, o projeto de branqueamento, o genocídio do povo negro e o racismo estrutural. A partir da revisão integrativa, articulamos as concepções de racismo que têm sido trabalhadas pelos teóricos psicanalíticos, além dos principais conceitos que têm utilizado para compreender e intervir em questões sócio-raciais. Esse desenvolvimento criou subsídios para defendermos uma maior implicação da Psicanálise em relação ao passado escravista do Brasil e seus extensos efeitos em nossa cultura. Questionamos também o papel dos psicanalistas na sociedade brasileira e as possibilidades de fala e escuta que podemos desenvolver.

Palavras-chave: Racismo, Escravização, Negro, Brasil, Psicanálise.

Abstract

Conclusion work for the Psychology graduation that aims to investigate psychoanalytic contributions and possibilities for understandings and interventions related to Brazilian socio-racial issues. Therefore, we carried out two stages: (1) a theoretical construction with elements from History, Sociology and Psychology about the origins of Brazilian racism, its mechanisms and its effects; (2) an integrative review of academic publications from the last decade on the topic addressed and based on the psychoanalytic theoretical reference. Throughout the work, we discuss themes such as enslavement, the myth of racial democracy, the whitening project, the genocide of black people and structural racism. From the integrative review, we articulate the conceptions of racism that have been worked on by psychoanalytic theorists, in addition to the main concepts they have used to understand and intervene in socio-racial issues. This development created subsidies to defend a greater implication of Psychoanalysis in relation to the slavery past of Brazil and its extensive effects on our culture. We also question the role of psychoanalysts in Brazilian society and the possibilities of speaking and listening that we can develop.

Keywords: Racism, Enslavement, Black people, Brazil, Psychoanalysis.

Agradecimentos

À Ecione, Magnobel e Mateus, minha família, por todo o apoio, carinho e amor. E também por tudo que abriram mão para que eu chegasse até aqui.

Às amigas e amigos que me deram sustentação, companheirismo, ensinamentos, risadas, choros e momentos eternos ao longo da formação.

Em especial, à Larissa Gandora, grande amiga, pela jornada, pelas trocas, pelas construções conjuntas e por viver mais esse desafio junto comigo.

À Priscilla, minha orientadora, que me mostrou que é possível e necessário (r)existir dentro da produção acadêmica. E por ter me dado a liberdade para me encontrar nesse processo, além de todo o respeito, acolhimento e humanidade.

À Enoe e Marilúcia, pelo exemplo de resistência e inspiração que me foram ao longo da graduação. E também por aceitarem o desafio de serem a banca avaliadora desse trabalho.

Ao Movimento Correnteza e ao Centro Acadêmico de Psicologia, e também a seus integrantes, por todo o aprendizado político e social que adquiri em nossa coletividade.

A meus ascendentes, antepassados e ancestrais que resistiram e abriram caminhos para que, hoje, eu estivesse aqui falando sobre nós em alto e bom tom.

Olha pra mim
Não foi à toa que eu cheguei a ti
Se a essas ruas sobrevivi
E nessas praias não me afoguei
Foi só porque tinha algo a dizer pra você

Vanguart (2013)

Sumário

Considerações iniciais	11
Capítulo 1 - O racismo brasileiro: uma história que a psicanálise precisa recontar	15
Capítulo 2 - A psicanálise e suas implicações ao racismo brasileiro: uma revisão integrativa	33
<i>Percurso metodológico</i>	33
<i>Resultados e discussão</i>	35
Considerações finais	60
Referências	64

Considerações iniciais

É comum que trabalhos que tratem da negritude e racismo se iniciem com uma justificativa fundamentada em dados estatísticos sobre a população negra no Brasil: mortalidade, letalidade policial, falta de acesso à educação e saúde, insegurança alimentar, encarceramento e favelização. Aqui, partimos do pressuposto de que essa justificativa não é necessária. Aos olhos e ouvidos que estão atentos à realidade da vida brasileira, tratar sobre racismo e negritude é responder a um pedido de socorro social que não cessa de ecoar, há mais de cinco séculos, desde que os primeiros escravizados foram trazidos pelos europeus do continente africano para cá. A universidade pública, por excelência, locus de produção científica socialmente referenciada, tem o dever de investigar a lacuna histórica que o racismo brasileiro presentifica e produz. Portanto, construir conhecimento sobre e para o povo negro ultrapassa qualquer necessidade de justificativa formal.

Esse trabalho tem sua origem na vivência de um estudante negro, criado na periferia da cidade de Goiânia. Um estudante negro que teve o privilégio – se é que podemos chamar de privilégio aquilo que deveria ser um direito universal – de estudar numa universidade pública e, hoje, reconhece a importância de usar o espaço da produção científica para falar sobre sua própria existência. É um trabalho que deve ser reconhecido como fruto de programas de ações afirmativas, como a Lei de Cotas de 2012, que possibilitou minha entrada na Universidade Federal de Goiás. Um trabalho que representa cinco anos de formação com coletividade, movimentação, ativismo, resistência, estudo, aprendizado... E também com episódios de racismo e silenciamentos, fora e dentro da universidade. Um trabalho que foi possível pelo encontro com uma orientadora que decidiu escutar o que era sistematicamente silenciado e ensinou que a academia também pode ser lugar de resistir.

Outro fato sobre esse trabalho que não pode ser renegado, é que ele foi construído durante a pandemia de Covid-19 e, assim como tudo que enfrentamos durante os anos de 2020 e 2021, carrega as limitações e marcas dessa pandemia: o luto pelo genocídio de meio milhão de pessoas, um governo que descredita a ciência, o conhecimento e a verdade, e o isolamento social, paradoxal à toda experiência coletiva de formação que antecedeu esse trabalho.

Não temos, aqui, nenhuma pretensão de isenção ou neutralidade. Sem abrir mão do rigor metodológico, da precisão teórica e dos preceitos éticos que fundamentam a ciência e a práxis psicológica, nos posicionamos: a estrutura social brasileira precisa de uma transformação que supere o racismo que a engendra e sustenta. Racismo esse que mantém os

privilégios de uma elite branca e abastada, enquanto lança a maior parte de sua população à insegurança, ao sofrimento e à exclusão social.

Voltando-nos à teoria, a partir do conceito freudiano de civilização podemos pensar as facetas da subjetividade (o inconsciente) e da objetividade (a civilização), sem recair em reducionismos para qualquer um dos lados. Freud (1930/2010) discorre sobre como, para viver em sociedade, os sujeitos abrem mão de grande parte da satisfação pulsional em troca de segurança e da garantia de vida em coletividade. Assim, os humanos fundaram a civilização. Esse recalque pulsional limita as possibilidades de satisfação, mas também é, em tese, uma garantia de sobrevivência em sociedade e de reconhecimento enquanto sujeito pertencente a um determinado grupo. Contudo, para alguns grupos, as exigências da civilização são maiores que as garantias de reconhecimento e investimento oferecidas. Existe um desequilíbrio que incide sobre esses grupos na forma de sofrimento e adoecimento, o que pode ser compreendido como uma faceta do mal-estar.

O racismo, na sua forma estrutural, é uma das formas pelas quais se percebe como a civilização, muitas vezes, não devolve ao sujeito a segurança pela qual abriu mão de grande parte de si. Freud (1930/2010) afirma que as três principais fontes de sofrimento humano são a fragilidade do corpo humano, a impossibilidade de domar a força da natureza e a inadequação das regras que regem as relações humanas na família, no Estado e na sociedade. É possível realizar uma aproximação do racismo a um sofrimento advindo dessa inadequação presente nas relações sociais, visto que ele se reproduz na família, nas instituições e é parte estruturante da história da sociedade brasileira. E o racismo, em sua especificidade de preconceito de marca, tem também o poder de intensificar o sofrimento advindo do corpo a partir das representações que apresenta para a significação singular e coletiva de corpos negros.

Outro conceito fundamental para iniciarmos nossa investigação é o narcisismo. Freud (1914/2004) conceitua o narcisismo como um fundamento psíquico infantil, situado após o investimento autoerótico e, a partir do qual, o amor objetal se firma. Podemos compreendê-lo como um investimento libidinal no próprio Eu. Essa experiência, nomeada de narcisismo primário, marca o surgimento do Eu ideal, que remete à vivência de uma completude que, a partir de então, será sempre re-buscada pelo sujeito. O Eu ideal agrega o investimento narcísico dos pais ou cuidadores e o ideal de completude e satisfação. Entretanto, aos poucos, os ideais morais da cultura e o código ético-moral dos pais, que são internalizados através da repressão exercida pela educação e pela vivência edípica, demonstram ao sujeito a

impossibilidade de reviver a experiência do Eu ideal. A partir dessa repressão e das identificações infantis, o sujeito erige um Ideal de Eu para o qual sua libido narcísica se desloca. Esse ideal engloba as expectativas sociais e parentais e sempre se coloca como um *a posteriori*, uma possibilidade de satisfação a ser alcançada no futuro (LIMA; LIMA, 2020). É a partir desse Ideal de Eu que o sujeito irá orientar suas vivências na tentativa de recuperar seu estado narcísico originário, quando era ele mesmo seu ideal.

Como demonstra Souza (1983), para o sujeito negro, inserido em uma sociedade onde os ideais identificatórios positivos oferecidos pela cultura são os de ideais da branquitude, o Ideal de Eu se constitui como um ideal branco. Por força da ideologia racista, aquilo que deve ser alcançado em nossa cultura é historicamente determinado e imposto pelo branco colonizador. E a primeira imposição ao negro é a negação da sua própria negritude e de seu corpo. Dessa forma, a cultura racista nega para sujeitos negros a experiência de satisfação narcísica, que é parte essencial da formação subjetiva humana. Por outro lado, os laços de reconhecimento e investimento, resultantes do pacto civilizatório, são quebrados, colocando os sujeitos negros em uma constante situação de sofrimento social e psíquico, insegurança e assujeitamento que cristalizam um mal-estar estrutural.

Em suma, nossa estrutura social racista rompe com o contrato social coletivo que estabelecemos para construir a civilização. Negros, negras e negres são colocados à margem desse contrato, não recebendo quaisquer garantias de segurança e pertencimento, enquanto ainda são cobrados em altas cotas de satisfação pulsional. É uma sociedade injusta, da qual esses sujeitos participam ativamente da construção, mas recebem, em troca, um genocídio institucionalizado. Camargo et al. (2012, p. 351-352) resumem esse cenário:

é na presença do outro, condição de alteridade, que o homem se constitui, dada a importância dos indivíduos para formação de outros. No plano das relações sociais, o racismo, por conta de sua força ideológica e cultural, incita um duplo processo de exclusão social da população negra, posto que promove um extermínio identificatório, principalmente da criança e do adolescente negro que não quer se reconhecer como tal, e da sociedade que não o reconhece como sujeito de potencialidades. Semeado quotidianamente, o racismo, em sua invisibilidade, pode produzir transformações de ordem psicológica e social na vida desses indivíduos, colocando-os constantemente em estado de alerta, com medo de ser atacado, violentado, discriminado.

Assim, pela História que atravessa esse trabalho e pelas existências que ele reflete, sustentados pelo referencial teórico psicanalítico, nos autorizamos a dizer que sua construção é uma tarefa da ordem do impossível. Nossa pesquisa toma corpo ao redor de algo que, de tão profundamente silenciado em nossa trama discursiva, não pode totalmente ser dito. Contudo,

é a partir dessa falta, desse hiato, que novas possibilidades podem ser descobertas. É a partir das mordanças que insistem em calar e dos ouvidos que insistem em não escutar que encontramos o espaço para construir um saber resistente sobre nossas existências e as violências que nos atravessam. Contudo, não temos a pretensão de encerrar essa tarefa. Sustentamos a ideia de que ela é infinita: começou antes de nós, nos transforma e é transformada por nós, e nunca há de cessar. É a partir da impossibilidade imposta pelo racismo que nos propomos a criar saber, vida, movimento e cor. Cor escura.

Capítulo 1

O racismo brasileiro: uma história que a psicanálise precisa recontar

A psicanálise, desde o início do século XX, tem se consolidado como um método de investigação, um arcabouço teórico e um fazer clínico. Nesse percurso, Sigmund Freud e seus sucessores produziram um vasto conhecimento acerca do inconsciente, da subjetividade e da cultura. Conhecimentos estes que articulam as esferas da singularidade de cada sujeito, da particularidade de cada localidade e tempo histórico, e da universalidade do humano. Dessa forma, assim como todo o conhecimento produzido pela humanidade é resultante de seu tempo e contexto histórico, o saber psicanalítico está sempre intimamente relacionado com a trama social, com as disputas de poder e com os discursos do tempo e do local onde foram produzidos. Os saberes clássicos da psicanálise refletem bem o cenário do homem europeu do século XX, atravessado por diversas transformações sociais, ameaçado pelas Grandes Guerras e cerceado por uma moral coletiva profundamente repressora. Contudo, este cenário não pode ser tomado como único e universal. Por mais que as Guerras Mundiais e o contexto geopolítico tenham afetado os países nos cinco continentes, as transformações sociais fora da Europa tiveram características e processos muito distintos, culminando na produção de subjetividades também muito distintas.

O Brasil é um país que, desde seu dito descobrimento, foi marcado pelo imperialismo e pela exploração europeia, tendo a escravização de povos africanos e o genocídio de povos indígenas na centralidade e no fundamento de sua história. Nosso povo foi formado a partir de um processo muito intenso e violento de miscigenação e exclusão social, que gerou um tipo específico e muito particular de racismo como um dos traços mais marcantes da nossa sociedade. Pensar sobre a estrutura social brasileira fundada no racismo, e atravessada por outras questões históricas da formação do nosso povo, como as de classe e gênero, é essencial para a produção de qualquer conhecimento ou intervenção clínica sobre sujeitos que vivem o Brasil. Isso nos leva a questionar se a difusão e consolidação da psicanálise no Brasil foi capaz de romper com a hegemonia europeia e produzir novos conhecimentos, mais próximos das particularidades e subjetividades de nosso país.

De acordo com Castro (2014), grande parte da difusão da psicanálise no Brasil se deu através da apropriação dos conhecimentos psicanalíticos pela psiquiatria carioca, principalmente no Hospício Nacional e na Liga Brasileira de Higiene Mental, no início do século XX. O objetivo desses grupos era o de tornar possível a modernização da identidade nacional brasileira, através das novas formas de compreensão e intervenção apresentadas pela

psicanálise. Dessa forma, a criminalidade, as adicções, a prostituição, a “loucura” e outros comportamentos associados à identidade nacional eram vistos como desvios que, a partir da técnica psicanalítica, poderiam ser controlados e combatidos. Nas palavras do autor,

a função da teoria psicanalítica neste projeto seria sustentar os discursos que recomendavam a educação ou evolução do “id primitivo” brasileiro (ligado às paixões, aos impulsos, aos excessos, aos comportamentos desviantes) para que se transformasse num “ego civilizado”, para enfim se encontrar a identidade nacional (CASTRO, 2014, p. 2).

Contudo, este movimento não foi único e nem hegemônico. Com o desenvolvimento da psicanálise no Brasil, novos grupos de psicanalistas e escolas de formação surgiram com diferentes visões acerca da história, da cultura e dos problemas sociais brasileiros, além de uma postura mais crítica acerca de seus papéis dentro dessa sociedade. Como exemplo, Rosa (2012) defende uma psicanálise implicada, que é caracterizada pela escuta de sujeitos que se localizam no campo social de forma precária, excluída e violentada. Sendo necessário que essa escuta esteja atenta aos discursos sociais hegemônicos que produzem exclusão, individualização, patologização, silenciamento e alienação, possibilitando formulações sobre como essas dinâmicas de poder incidem sobre os sujeitos marginalizados e determinam suas vidas. Este modo de se fazer psicanálise permite a produção de novos modos clínicos que levem essas pessoas assujeitadas a se reconhecerem na posição de sujeitos desejantes, determinantes e resistentes e buscam abrir possibilidades para alterações subjetivas, sociais e políticas no campo simbólico.

Nesse sentido, Lima e Lima (2020) ressaltam a importância de psicanalistas reintegrarem o social à compreensão do psiquismo, construindo um discurso ético-político capaz de somar na resistência contra a violência e a exclusão social. Afirmam também (p. 8) que, dessa forma,

a psicanálise pode possibilitar o resgate do sujeito de um lugar de silenciamento e convocá-lo a construir novos modos de escrita de si. A experiência narrada e escutada pode se estabelecer como estratégia de resistência ante as situações de humilhação, mas também como modo de identificação.

Freud (1937/2017) nos mostra que o trabalho do analista é o de reconstruir, através de fragmentos e repetições apresentados pelo analisando, aquilo que ele esqueceu e/ou não quer lembrar de sua vida psíquica, aquilo que está oculto e latente no domínio do inconsciente.

Neste ponto, podemos propor uma aproximação entre o trabalho do analista e uma atuação social da psicanálise, a partir do que Freud (1937/2017, p. 276) afirma em *Construções em Análise*:

se abarcarmos a humanidade como um todo e a colocarmos no lugar de cada indivíduo humano, verificaremos que ela também desenvolveu formações delirantes inacessíveis à crítica lógica e que contradizem a realidade. Se, mesmo assim, elas puderem expressar um extraordinário poder sobre as pessoas, a análise levará à mesma conclusão que no caso de cada indivíduo. Elas devem o seu poder ao teor de verdade histórica que foram buscar lá no recalque dos tempos primordiais esquecidos.

Podemos entender que, de certa forma, os mitos que sustentam nossa trama social cumprem uma função de compromisso, assim como as formações do inconsciente. Esses mitos, que iremos investigar mais a fundo, ocultam a realidade cruel e violenta da história de formação racista e genocida de nosso povo, difícil de ser assimilada e que quer ser esquecida tanto pelos que sofrem, quanto pelos que a exercem e perpetuam violências. A psicanálise pode ajudar em processos de resignificação da história comum, na descoberta de novas possibilidades coletivas e na produção de conhecimentos e discursos mais autônomos, que não se limitem à cega reprodução de mitos que atualmente podem ser superados. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é investigar como o desenvolvimento dos saberes psicanalíticos podem contribuir com as questões sócio-raciais brasileiras, tanto no campo da compreensão do psiquismo e do sofrimento, quanto no campo da intervenção psicológica e psicossocial.

Sawaia (2009) afirma que os debates científicos sobre a relação subjetividade-desigualdade historicamente se consolidaram em um pensamento hegemônico de que o tratamento de desigualdades só é possível a partir do controle, da disciplina, da higienização ou da patologização da subjetividade, seja ela determinante ou determinada na relação com a desigualdade. Ao passo que muitos psicólogos, até os críticos desse pensamento hegemônico, devido ao receio de reducionismos e psicologismos, acabam por negligenciar a categoria do sujeito, analisando somente os seus determinantes sociais, excluindo as potencialidades existentes no campo da subjetividade. Dessa forma, desaparece a possibilidade dos próprios sujeitos se colocarem como agentes de resistência, desaparecendo também o horizonte de uma verdadeira transformação social. Isso aponta para a necessidade de uma renovação das teorias e técnicas psicológicas, das quais a psicanálise se aproxima, de forma a possibilitar a superação da dicotomia entre subjetividade e objetividade para que

alcancemos uma real compreensão e superação das desigualdades existentes em nosso país.

Lima e Lima (2020) demonstram como o sofrimento psíquico está intimamente relacionado às questões socioculturais e ao sofrimento delas decorrente. A partir das considerações dos autores, fica evidente que a formação psíquica de cada sujeito depende de cotas de investimento libidinal e dos ideais fornecidos historicamente pelo Outro e pela linguagem através dos discursos. Esse processo é sempre mediado pela família que, por sua vez, é atravessada por um projeto cultural e ideológico que é assimilado de formas particulares, em determinado tempo, e de formas singulares, a depender da história de formação de cada sujeito e de cada família. Contudo, há sempre um movimento onde o que é cultural coexiste com o que é familiar e pessoal. Essa forma de ser visto, reconhecido, desejado e investido - ou a ausência dela - interfere diretamente na forma como o sujeito se relaciona com seu próprio narcisismo, constrói seus ideais e lida com o próprio desejo e a frustração. Quando esse processo se dá pela via do negativo - a imputação da vergonha ao invés de valorização e investimento, que podemos aproximar da vivência do racismo - o sujeito sofre. E a incapacidade da própria sociedade em reconhecer e reparar suas falhas nesse processo, culpabiliza e responsabiliza o sujeito por seu sofrimento e pelas privações que experimenta em vida. Nas palavras dos autores (LIMA; LIMA, 2020, p. 7),

os conflitos do sujeito estão, portanto, amarrados às contradições que caracterizam a história de seu grupo de pertencimento e ao campo social, nos quais seus processos identificatórios se ancoram. Podemos afirmar então a importância da análise da gênese social na composição dos conflitos psicológicos. [...] Portanto, a escuta clínica do sofrimento psíquico necessita ser também uma escuta do sofrimento social [...] inserido em um contexto ideológico-político que impõe silenciamentos e exclusão.

Ou seja, todos os fenômenos humanos se constroem e se transformam a partir da relação entre fatores sociais coletivizados e fatores subjetivos singularizados. Não podemos supor que existam simples continuidades, complementaridades ou linearidades entre esses fatores, visto que não podemos estabelecer uma verdadeira primazia de qualquer um deles. Aliando isso à vivências cotidianas e acadêmicas no curso de Psicologia e ao estudo de autores e autoras como Bock, Furtado e Teixeira (1999), Marx e Engels (1932/1998), Davis (1981/2016) e Freud (1930/2010) foi possível formular um entendimento que desde o começo da vida, o sujeito que se forma está condicionado por aspectos anátomo-fisiológicos singulares que serão decisivos para o desenrolar de sua relação com seus primeiros cuidadores

e, conseqüentemente, para a formação de seu psiquismo. Por outro lado, as relações familiares, os ideais que são desejados para a criança e toda a trama social de nacionalidade, classe, gênero, raça e outros marcadores já estão estabelecidos desde antes do nascimento. Todos esses fatores se articulam no desenvolvimento e na formação do sujeito através de uma dinâmica complexa. Não obstante, colocar subjetividade e sociedade dentro de uma relação de completa oposição, situando-as em polos opostos, também não representa um modelo satisfatório para compreensão essa questão.

Nesse trabalho, ainda baseados nessas formulações, optamos por abordar a relação do sujeito com a sua realidade social a partir de uma compreensão dialética, que compreendemos nos seguintes termos: subjetividade e sociedade têm naturezas, características e processos diferentes. Entre ambas, existe uma dinâmica de retro-influência, ou seja, a todo tempo a sociedade interfere no sujeito, provocando transformações subjetivas e o sujeito, através da sua ação no mundo, está a todo o tempo também provocando transformações nos grupos sociais dos quais participa. Essas transformações, por sua vez, se integram nessa dinâmica e serão também determinantes nas novas configurações de sujeito e de coletividade que vão emergir. Contudo, as transformações não reduzem uma à outra, elas promovem aproximações e distanciamentos. É uma relação de caráter sempre conflitivo, que nunca se resolve nem se encerra, mas que se desenvolve num potencial construtivo, a partir do qual podemos aspirar novos modos de vida mais justos, diversos, inclusivos e acolhedores, com menos violência e desigualdade.

Colocando essa relação nos termos do que este trabalho se propõe a investigar, observamos que os sujeitos negros estão submetidos a uma estrutura social racista, fundada na escravização de povos africanos. Essa estrutura social, que examinaremos mais atentamente, se manifesta não só no preconceito e na discriminação racial, mas também no impedimento do acesso das populações negras a aparatos sociais como educação, saúde, emprego, moradia, saneamento básico e lazer, que deveriam ser garantidos pelo Estado brasileiro. Submetidos a essas condições históricas de vulnerabilidade social, os sujeitos negros estão propensos a violências simbólicas, sociais e reais cotidianas que produzem efeitos psíquicos importantes. Ou seja, a estrutura social brasileira provoca transformações a nível subjetivo que moldam toda relação dos sujeitos negros com o mundo ao seu redor.

Contudo, esses sujeitos nunca se mantiveram inertes e passivos frente à realidade do racismo. Desde os tempos de escravização, como demonstra Nascimento (1978/2016), houve movimentos de resistência. Dois exemplos importantes presentes na obra do autor são os aquilombamentos, que permitiram o surgimento de novas organizações comunitárias, e a

participação dos povos escravizados e seus descendentes em conjurações que alteraram o curso da história do Brasil. Essas ações demonstram que a indignação subjetiva, ao encontrar eco na coletividade, são capazes de produzir transformações sociais de grande impacto, mesmo que não imediatas. Hoje, com a participação no movimento negro organizado, fica evidente como essa organização histórica teve papel fundamental na retomada da democracia brasileira e na construção de diversas políticas públicas sociais como as reformas manicomiais e sanitárias, as cotas raciais nas universidades, as reservas de vagas para candidatos negros em concursos públicos e outros instrumentos reparativos. Todas essas ações, por mais que sejam desenvolvidas de forma coletiva, dependem também de um potencial subjetivo de resistência e de ação que não se esvai dentro do contexto social de exclusão e violência, mas que pode permanecer inerte enquanto essa realidade social for encarada como única realidade possível.

Sendo assim, novas práticas psicanalíticas engajadas na transformação do que tange às questões sócio-raciais brasileiras precisam abarcar também questões históricas da formação de nosso país e nosso povo, assim como as especificidades das configurações sociais do nosso tempo. Nesse sentido, nos aproximamos da afirmação de Nascimento (1974 *apud* RATTS, 2007, p. 48) ao dizer que

para o entendimento de nossa sociedade é necessário conhecer um elemento de suma importância na sua formação histórica. Esse elemento por não pertencer, em sua maioria, às camadas mais altas da população, tem um acesso minoritário àqueles círculos considerados cultos, o que impede de participar de discussões consideradas esnobes (no Brasil é considerado “esnobismo” discutir ou interpretar os aspectos pluralísticos do nível ideológico da sua formação social). O elemento a que nos referimos é o negro brasileiro, que só pode ser entendido a partir de um estudo profundo da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, do qual, por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia), é posto à margem.

Souza (2009) é um autor que levanta bons elementos para a construção do entendimento sobre a brasilidade. Ele nos apresenta a noção de que toda nação consolidada possui em sua base um mito nacional que possibilita a construção da identidade nacional a partir da produção de laços de pertencimento coletivo. Esse mito identitário é um arcabouço simbólico e imaginário, construído historicamente, que atribui um sentido generalizado para a realidade histórica e social dos diversos indivíduos e grupos de um determinado coletivo heterogêneo, permitindo que se identifiquem e superem seus narcisismos fundamentais. A principal faceta da atribuição de sentido de um mito nacional recai sobre a moralidade,

fornecendo elementos comparativos para a atribuição de valor e hierarquização, a partir dos quais os integrantes da nação avaliam uns aos outros e a si mesmos.

Le Goff (1990) afirma que os mitos de origem são o primeiro ponto de cristalização da memória coletiva de povos sem escrita. É a partir deles que surgem as bases a partir das quais as sociedades pré-históricas se organizaram em etnias e famílias. Essa memória coletiva das sociedades antigas, a partir do que o autor nos apresenta, se desenvolve com duas principais funções: a de manter viva sua história e a de transmissão e conservação dos segredos do “como fazer” dos ofícios de uma determinada linhagem. Uma das principais características da memória coletiva é a de não exigência de literalidade em sua aprendizagem ou transmissão, havendo possibilidade de inserção de novos elementos na medida em que é repassada. Consequentemente, estão relacionadas à manutenção e sobrevivência, mas também à transformação, material e imaterial dessas sociedades. Contudo, existem duas importantes ressalvas nesse sentido: a atividade de construção de memória coletiva existe, com suas especificidades, também nas sociedades com escrita, como as sociedades contemporâneas; e esse movimento de criação e transmissão das memórias coletivas é sempre atravessado pelas dinâmicas de poder estabelecidas dentro de sua sociedade. Nesse sentido, Le Goff (1990, p. 445) afirma que

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Uma grande contribuição sobre a relação entre a memória e dinâmica de poder da sociedade nos é apresentada por Sharpe (1992, p. 40), ao afirmar que “tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes” e utilizada como um instrumento de “revelação das opiniões políticas da elite”. E também ao nos apresentar algumas questões sobre o movimento de se escrever uma história vista de baixo, de pessoas comuns. De acordo com o autor, esse movimento tem algo de subversivo pois, além de produzir importantes questionamentos e avanços metodológicos dentro da corrente principal da história, permite que grupos sociais que perderam ou nunca conheceram sua história, possam reconstruí-la e se reconhecerem nela. Nesse sentido, essa corrente de escrita da história também subverte o processo de formação de identidade cultural e nacional ao possibilitar às pessoas comuns se reconhecerem como agentes construtivas de sua história

e, assim, se identificarem com ela. Por fim, Sharpe (1992, p. 61-62) recomenda que

por mais valiosa que a história vista de baixo possa ser no auxílio ao estabelecimento da identidade das classes inferiores, deve ser retirada do gueto (ou da aldeia de camponeses, das ruas da classe trabalhadora, dos bairros miseráveis ou dos altos edifícios) e usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história. Aqueles que escrevem a história vista de baixo não apenas proporcionaram um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas.

Essas contribuições nos permitem traçar um paralelo entre a importância dos mitos de origem, da memória coletiva, da história escrita e das relações de poder estabelecidas na sociedade, com a história do Brasil, de sua formação como nação e de suas questões raciais. Assim, retomamos o pensamento de Souza (2009), onde encontramos a ideia de que desde o século XIX o mito nacional brasileiro tem se constituído como uma forma de aplacar e se sobrepôr aos diversos interesses e disputas políticas, econômicas, culturais e comunitárias entre os diversos povos que compunham nosso recém-independente país. Ou seja, para que a constituição da nação brasileira fosse bem-sucedida, era necessário que nosso mito originário fosse capaz de construir, a partir de elementos positivos e de valorização, um senso de coletividade passível de ser internalizado pelos mais distintos integrantes do novo Brasil, que pouco tinham em comum. Como mostra o autor, a grande exuberância da natureza brasileira foi o primeiro elemento a estabelecer um traço positivo e comum acerca de nossa nacionalidade. Contudo, este era um elemento limitado. Uma grande barreira para a constituição de uma valoração positiva de um povo mestiço se impunha em escala mundial: o racismo científico e a ideia de que o mestiço representava o pior de cada raça.

Quem primeiro sistematizou uma solução para esse impasse, de acordo com Souza (2009), foi Gilberto Freyre em sua obra *Casa-grande & Senzala*, publicada em 1933, na qual encontramos a ideia da democracia racial: a mestiçagem étnica e a variedade cultural do Brasil produziram um povo diverso, mas homogêneo, unido, capaz de viver em harmonia e que deve ser motivo de orgulho e admiração. O resultado dessa ideia, reafirma Souza, foi o encobrimento dos conflitos e da real história de formação do nosso povo que se adaptou muito bem às necessidades do Estado Novo de Getúlio Vargas. Logo, essa ideia passou a ser adotada como argumento institucional, sendo propagada entre a população, até atingir sua completa difusão e naturalização. Dessa forma, o mito da brasilidade é, em grande medida,

um mito de harmonia que produz subjetividades avessas aos conflitos latentes de nossa sociedade, que preferem os ignorar. Isso se traduz no seguinte aforismo popular: “futebol, política e religião, aqui, não se discutem”.

Essa aversão ao conflito se aproxima da cordialidade do homem brasileiro, descrita por Holanda (1995). De acordo com o autor, todas as relações humanas do povo brasileiro estão perpassadas por uma forte continuidade da dinâmica familiar herdada da cultura rural e patriarcal. Essa cordialidade não pode ser confundida com civilidade e polidez, pois representa o oposto delas: os brasileiros não se vestem de máscaras que ocultam os sentimentos e motivações internas, protegem os indivíduos e estabelecem distâncias entre eles e o todo social. Na verdade, reproduzem em todas as situações aquilo que naturalmente são nos momentos de intimidade familiar. Como explicitam Schwarcz e Starling (2015), essa ideia de cordialidade foi proposta por Holanda (1995) num sentido crítico, que revela a ausência do distanciamento entre as esferas pública e privada, entre a intimidade e a impessoalidade. E isso se manifesta de diversas formas na vida social, como na religião, no Estado e no trato com autoridades. Esse caráter mais cordial promove um apagamento do indivíduo, que passa a se sustentar pela reprodução de sua dinâmica no meio familiar, mantendo e transferindo, para além de quaisquer limites, seus laços de emotividade e intimidade.

Contudo, essa cordialidade, tal como descrita por Holanda (1995), é volátil porque a dinâmica familiar não envolve apenas sentimentos de bondade, camaradagem, carinho ou cumplicidade. Na família patriarcal, o uso da agressividade e da violência para a proteção da própria família e manutenção da posse de sua propriedade particular é um traço sempre presente. Ou seja, em momentos de ameaça, conflito ou insegurança, tanto social, quanto individual, esse homem familiar também pode se defender reproduzindo com naturalidade o oposto de sua dita cordialidade, que ainda é familiar. Podemos dizer, então, que isso aponta para uma certa fragilidade da estrutura social brasileira para elaborar seus próprios conflitos latentes, visto que o reconhecimento deles colocaria toda a configuração social em um estado de insegurança constante.

A aversão aos conflitos produzida pelo mito nacional (SOUZA, 2009) e a falsa harmonia decorrente da familiaridade dentro das relações sociais brasileiras (HOLANDA, 1995) podem conjuntamente entendidas como uma forma ilusória de proteção dos sujeitos brasileiros contra manifestações da própria agressividade. Mas, na realidade, elas têm cumprido o papel de perpetuar conflitos históricos que produzem privilégios para uma determinada camada da população ao lançar o horizonte de insegurança para o

reconhecimento e elaboração desses conflitos que, por si sós, também estabelecem inseguranças e violências silenciosas para a camada desprivilegiada da população e impõem um ciclo de dominação que nunca se encerra. Seria possível fomentar movimentações coletivas para a elaboração desses conflitos, contudo, como demonstra Souza (2009), o entendimento da estrutura social, tanto a nível científico, quanto no domínio do senso comum, tem sido manipulado para que eles continuem imperceptíveis. Em suas palavras (p. 24),

o atual estágio do debate intelectual e público brasileiro apenas contribui para o desconhecimento sistemático do grande drama histórico da sociedade brasileira desde o início de seu processo de modernização: a continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos, que elegem os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los.

Nesse sentido, Nascimento (1978/2016) também expõe uma séria crítica a Gilberto Freyre, afirmando que sua ideia de democracia racial fundou uma ideologia que serviu aos interesses do colonialismo português. Além disso, esse mito lançou as bases para um ideário social de embranquecimento que, mais tarde, se consolidou em uma política de genocídio e apagamento histórico das populações negras. Nascimento (1978/2016, p. 40) ressalta que

Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo morenidade; não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente, através do malicioso processo do embranquecer a pele negra e a cultura do negro. É curioso notar que tal sofisticada espécie de racismo é uma perversão tão intrínseca ao Brasil a ponto de se tornar uma qualidade, diríamos, natural, do “branco” brasileiro.

Compreendemos que, a partir do mito da democracia racial, se desdobram argumentos sociais que cumprem a função de sustentá-lo e que ainda hoje se reproduzem. Esses argumentos falseiam elementos da realidade para relativizar a escravização no Brasil, em seu caráter racista e em suas consequências. Como exemplos, podemos citar alguns deles, a partir de Nascimento (1978/2016):

- a grande influência da Igreja Católica na colonização portuguesa do Brasil teria humanizado a escravização, tornando-a mais bondosa, menos violenta e cruel que a

- escravidão exercida por outros colonizadores europeus na América;
- o intuito dos portugueses seria o de salvar os povos africanos de uma suposta exploração exercida por seus próprios líderes, poupando-os do sofrimento em seu próprio continente de forma benevolente e altruísta; a “pequena quantidade” de escravos para cada senhor fazia com que eles tivessem uma relação mais próxima e familiar, onde as crianças brancas eram criadas por amas pretas e podiam brincar com os filhos delas, aprendendo a respeitar pessoas de todas as cores;
 - tivemos um belo intercâmbio cultural em que os povos africanos podiam falar seus idiomas, comer suas comidas típicas, praticar suas danças, cantorias e rituais, enquanto também podiam se batizar e tornarem-se “brancos de alma”, cristãos civilizados e comportados;
 - a alegria e a festividade dos escravos contagiavam os portugueses a ponto de eles permitirem a sobrevivência de todas essas manifestações culturais;
 - se os escravos se comportassem e trabalhassem bastante poderiam conquistar sua alforria e até mesmo ganhar a confiança de seus senhores, sendo designados para trabalhos mais importantes;
 - os homens brancos se relacionavam com as mulheres pretas sem preconceitos, deitavam-se com elas, tinham filhos, misturavam seus sangues e formavam um só povo.

O elemento em comum entre todos esses argumentos socioculturais encobridores da realidade, entendendo-os a partir das contribuições de Souza (2009), é que foram desenvolvidos de modo a impossibilitar questionamentos, críticas e relativizações, tanto sobre si mesmos, quanto sobre a estrutura social. Eles ocultam e disfarçam diversas camadas de racismo, violência e exclusão social, tornando-as, quando não imperceptíveis, aceitáveis. De acordo com o autor, os mitos e suas derivações são propagados através de instituições como a família, a religião e a escola, sempre perpassados por questões de afetividade, identificação e moralidade, a fim de que sejam aprendidos e internalizados como única possibilidade de leitura correta sobre a sociedade. Dessa forma, podemos concluir que constituem um dos principais pilares de dominação da elite branca brasileira, pois é por meio deles que ela consegue justificar, efetivar e perpetuar a exploração que se desenvolve no Brasil desde sua invasão pelos portugueses, garantindo a manutenção de seus privilégios e poderes políticos e econômicos. Esse mito, afirma Nascimento (1978/2016, p. 43),

traz privilégios apenas para os que o propagam: os brancos. Desde os

primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da “democracia racial”. Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de “democracia racial?”.

Como nos mostram Schwarcz e Starling (2015), a escravização instaurada pelos portugueses no Brasil com o início da cultura do açúcar, a partir da qual se fundam as bases da sociedade brasileira, foi um sistema violento, racista e genocida, muito diferente de todos os modelos de escravidão que a humanidade já conhecia. A mão-de-obra africana escravizada tornou-se a principal força produtiva dos engenhos e, para que esse sistema se sustentasse, iniciaram um intenso e sistemático processo de tráfico humano. Os povos africanos eram violentamente sequestrados de suas terras através de guerras, aprisionamentos e emboscadas, eram afastados de sua comunidade e de sua cultura e transportados para outro continente. As péssimas condições de alojamento, higiene e alimentação durante o transporte tornavam frequentes adoecimentos como escorbuto e anemia. Chegando à América, não tinham a possibilidade de manter contato com sua cultura e suas raízes, não podiam estabelecer vínculos comunitários para além da relação de trabalho forçado e não tinham a garantia de seus direitos básicos. Nascimento (1978/2016) acrescenta que os prisioneiros chegavam ao Brasil e rapidamente eram vendidos, trocados por mercadorias ou leiloados. O baixo preço para a compra dos escravos comparado ao lucro gerado por seu trabalho, os transformavam de homens e mulheres em mercadoria descartável, sendo deixados à morte e substituídos quando apresentavam alguma enfermidade ou alcançavam idade mais avançada. Em suma, os africanos tiveram roubada a sua humanidade. E essa marca em nossa história não se apagou e nem deixa de produzir efeitos, mesmo com todas as manipulações históricas e ideológicas que tentam ocultar o caráter racista e desumanizador ainda hoje presente em nossa sociedade.

Nascimento (1978/2016) ainda vai além, demonstrando que, para além de um sistema econômico e produtivo, a escravização compôs parte de um projeto de objetificação, branqueamento e genocídio de seres humanos de cor preta. De acordo com o autor, o principal artifício desse projeto foi a miscigenação, levada a cabo por estupros sistemáticos das mulheres negras por homens brancos e europeus pertencentes às elites. A própria política imigratória e o tráfico negreiro eram pensados e executados de forma a dificultar a reprodução

e a subsistência da população negra no país. Sendo esse processo fomentado não só pela elite política e econômica, mas também por importantes expoentes intelectuais e científicos, consolidando-se como um projeto para a nação brasileira. Nas palavras do autor (p. 75), existe um

ideal de embranquecimento infundido de forma sutil à população afro-brasileira, por um lado; e de outra parte, o poder coativo nas mãos das classes dirigentes (brancas) manipulado como instrumento capaz de conceder ou negar ao descendente africano acesso e mobilidade às posições sociopolíticas e econômicas. E neste cerco fechado, o termo “raça” não aparece, mas é o arame farpado onde o negro sangra sua humanidade.

Holanda (1995), por outra via, afirma que a base da sociedade colonial brasileira se concentrou nas áreas rurais até o momento da abolição da escravidão, momento a partir do qual as cidades passaram a se desenvolver de forma independente e desempenharem um papel mais importante no cenário nacional. A configuração da vida rural foi determinante em vários aspectos da história brasileira, principalmente no campo político, produzindo efeitos que podem ser percebidos até mesmo no Brasil contemporâneo. O autor ainda ressalta que os principais pilares do modo de organização rural eram o latifúndio, a agricultura, o patriarcado familiar e o trabalho escravo, sem o qual os dois primeiros não eram possíveis. Esse sistema produtivo gerava fortunas muito sólidas, tanto para os fazendeiros, quanto para os traficantes dos povos escravizados, e suas posses garantiam a influência necessária para o poder político. Por isso, quaisquer intentos contra a manutenção da lógica escravista geravam oposições e resistências muito intensas.

Contudo, Holanda (1995) ainda nos mostra que o modelo de economia escravista era incompatível com a economia liberal desenvolvida de forma internacional nas novas democracias burguesas. As pressões políticas e econômicas sobre o recém-independente Brasil, tanto externas, quanto internas, levaram ao processo de proibição do tráfico negreiro e da escravização. Isso foi o estopim para um intenso processo de reorganização da estrutura societária brasileira. O capital antes utilizado para o transporte e a compra de escravos passou a ser direcionado para investimento bancários e para o comércio, deslocando o protagonismo dos engenhos rurais para as cidades. A ausência de uma burguesia urbana fez com que os grandes cargos e ocupações políticas das cidades fossem ocupados pelos antigos senhores de engenho, que reproduziram dentro das instituições públicas toda a mentalidade do modo de vida rural e familiar fundado no patriarcado e no racismo do trabalho escravizado.

Partindo dessas considerações, percebemos que, desde sua origem, o Brasil urbano e

suas instituições foram construídas em bases marcadas pelo racismo de seu sistema produtivo primário, nunca chegando a verdadeiramente superá-lo. A Lei Áurea, “apesar de sua grande importância, era, porém, pouco ambiciosa em sua capacidade de prever a inserção daqueles em cujo jargão, durante tanto tempo, a cidadania e os direitos não constavam” (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Por isso, mesmo após sua promulgação, outras facetas desse racismo fundante começaram a se desenvolver porque a abolição jurídica não contou com mecanismos e políticas públicas que garantissem o fim da dinâmica escravista na base da sociedade. A grande população de ex-escravos, ainda não reconhecidos como humanos e sujeitos de direitos, continuou submetida à exploração desumana de seus corpos e força de trabalho, sendo também exposta a violências de diversas ordens. Foi sobre essa configuração de sociedade que não corrigiu e nem rompeu de forma efetiva com o passado escravista que a República emergiu, com raízes profundas no racismo cada vez mais silenciado. Conforme destacam Schwarcz e Starling (2015, p. 15):

Como se fosse um verdadeiro nó nacional, a violência está encravada na mais remota história do Brasil, país cuja vida social foi marcada pela escravidão. Fruto da nossa herança escravocrata, a trama dessa violência é comum a toda a sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizada. Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente. A experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçada em milhares de modalidades de manifestação.

Com as leis que compuseram o processo da abolição, os latifundiários, senhores de engenho e outros detentores de escravos perderam sua mão-de-obra e, conseqüentemente, se viram desobrigados da necessidade de sustentar e garantir a subsistência daqueles que escravizaram. Os escravizados recém-libertos foram, então, lançados à própria sorte, se tornando inteiramente responsáveis pela garantia dos recursos mais básicos para a própria existência, como alimentação, vestimentas e moradia, mas sem quaisquer meios para conquistar esses recursos. Os bons empregos nas cidades eram reservados aos brancos filhos de latifundiários ou a imigrantes, restando, quando havia, apenas os trabalhos mais precarizados, degradantes e mal-pagos para as pessoas negras (HOLANDA, 1995). A política de ocupação do território nacional intensificava a concentração de terras rurais nas mãos dos grandes latifundiários, impedindo que a população negra construísse suas próprias fazendas e comunidades agrícolas, e no território urbano havia uma lógica semelhante, tornando as habitações centralizadas muito caras e inacessíveis aos recém-libertos (COSTA; AZEVEDO,

2016). As principais alternativas para essa camada da população, então, eram o aquilombamento, o refúgio nos cortiços e favelas, ou o mesmo tipo de vida, análoga à escravidão, nas fazendas.

A ocupação das cidades, perpassada por todas essas desigualdades, iniciou um intenso processo de periferação. Como demonstram Costa e Azevedo (2016), as reformas urbanas nas grandes cidades brasileiras, necessárias para que o país conquistasse lugar dentro do capitalismo internacional, tinham como um de seus objetivos a destruição das habitações coletivas nos centros das cidades, como os cortiços, que eram vistas como amontoados de desocupados e desordeiros que poderiam facilmente provocar rebeliões. Como resultado, os habitantes desses espaços eram compelidos para regiões afastadas dos centros urbanos, ainda não regulamentados pelo Estado. Nessas periferias, ocupadas majoritariamente por pessoas negras, não chegavam serviços básicos como água tratada, coleta de esgoto e de lixo, iluminação pública e eletricidade. Essas péssimas condições sanitárias e de habitação se assemelhavam muito às condições das senzalas. Para os autores, atualmente, esses espaços periféricos recebem o nome de favelas.

Concordamos com Costa e Azevedo (2016) quando concluem que a semelhança entre as condições de vida nas senzalas e nas periferias e favelas demonstra que existe algo da dinâmica social brasileira que repete e perpetua elementos da lógica social da escravidão. Essa segregação espacial, mesmo não tendo sido estabelecida por leis segregatórias como em outros países colonizados, é reflexo real de um processo constante de exclusão social, embranquecimento e genocídio que tem como um de seus principais efeitos o impedimento do acesso a condições básicas de existência e humanidade. Como afirmam Schwarcz e Starling (2015, p. 15), “último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso mas igualmente perverso”. Assim, amparados pelas contribuições já apresentadas, sustentamos também a hipótese de que, ao ser historicamente produzido e vivenciado, esse processo exclusão, embranquecimento e genocídio foi incorporado pela cultura brasileira, reproduzido nos processos de socialização e internalizado subjetivamente, produzindo não só efeitos a nível social e cultural, mas também a nível psíquico. O que reforça nosso questionamento de como, e se, os conhecimentos psicanalíticos têm sido produzidos e aplicados em relação ao racismo brasileiro e seus efeitos.

A constante degradação imposta à comunidade negra é um artifício que aproxima a imagem do negro, descendente africano, à características que devem ser evitadas a todo custo: sujeira, desocupação, criminalidade, loucura e libertinagem, por exemplo. Dessa forma, todos

os sujeitos que se assemelham a essa imagem não podem se reconhecer em suas potencialidades e qualidades, precisando se desvencilhar dessa imagem. Essa é uma das principais características da incidência do racismo brasileiro, que Nogueira (1998, p. 239), nomeando-o de preconceito de marca, assim o caracteriza:

Aqui o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um continuum que vai do extremamente “negróide”, de um lado, ao completamente “caucasóide”, de outro. Na vida social, os caracteres negróides, em geral, implicam em preterição de seu portador, quando em competição em igualdade de outras condições com indivíduos brancos ou de aparência menos negróide.

Entendimento que pode ser ampliado a partir das contribuições de Almeida (2019, p. 37) ao discorrer sobre a constituição histórica do racismo e das classificações raciais, quando afirma que

no Brasil, além da aparência física de ascendência africana, o pertencimento de classe [é] explicitado na capacidade de consumo e na circulação social. Assim, a possibilidade de “transitar” em direção a uma estética relacionada à branquitude, e manter hábitos de consumo característicos da classe média, pode tornar alguém racialmente “branco”.

O preconceito racial brasileiro, portanto, é um fenômeno multifacetado e encoberto que se reproduz de forma complexa e se apresenta, ao mesmo tempo, de forma sutil e violenta, latente e manifesta. Sua existência culmina na apresentação da sociedade brasileira como uma sociedade branca que deve se orientar pelos ditames brancos. Isso leva as pessoas negras a se anularem e viverem uma vida em que os ideais de branquitude ofuscam todas as possibilidades de uma construção autônoma e verdadeira de si (RATTS, 2007).

Almeida (2019) apresenta alguns avanços sobre a compreensão do fenômeno do racismo ao sistematizar as três principais concepções acerca do tema: a individual, a institucional e a estrutural. De acordo com o autor, a concepção individual parte da premissa de que o racismo só existe enquanto preconceito ou discriminação, manifestando-se apenas em ações pontuais, diretas e intencionais praticadas por indivíduos ou grupos em detrimento de pessoas racializadas. Assim, o racismo é sempre um comportamento que revela um desvio de caráter, passível de ser reparado através da responsabilização penal ou civil do ato discriminatório. Esta forma de se apreender o racismo acaba por ser reducionista, pois não o reconhece enquanto fenômeno institucional e social.

Já a concepção institucional, segundo Almeida (2019), amplia a forma de compreensão do racismo, levando em consideração as dinâmicas de poder e dominação que perpassam as instituições e a sociedade, para além das ações individuais. Esta concepção parte da ideia de que as relações sociais são atravessadas pela hegemonia de determinados grupos raciais que, ao assumirem o controle das instituições em exercício de poder, utilizam seus mecanismos para produzir vantagens e privilégios para si mesmos. Além disso, produzem também artifícios de escamoteamento que, além de inibirem questionamentos sobre a dinâmica institucional estabelecida, naturalizam a reprodução do racismo. Assim, fica evidente uma faceta mais sutil do racismo, que também se manifesta através de normas, regras e parâmetros discriminatórios, ideais de branquitude e silenciamentos que reproduzem a segregação racial historicamente presente na sociedade, sustentando os privilégios do grupo hegemônico. Ou seja, o racismo é também um fenômeno social de dominação, visto que sua reprodução dentro das instituições, por mais naturalizada que seja, é política, intencional e tem o intuito de manutenção das desigualdades raciais (ALMEIDA, 2019).

A terceira concepção apresentada por Almeida (2019) é a estrutural, que tenta abranger toda a complexidade das relações raciais. Ela parte da noção de que as instituições só podem reproduzir e materializar o racismo porque ele é historicamente construído na própria estrutura da sociedade, como na política, no direito e na economia. Portanto, para que ele seja superado é preciso ir além das responsabilizações individuais e coletivas, da representatividade institucional e das políticas de ações afirmativas, sem nunca relevar a importância desses mecanismos. Para a superação do racismo, também é necessário que haja uma profunda e constante transformação da estrutura da sociedade através de uma postura antirracista coletiva e permanente. Almeida (2019, p. 33) sistematiza essa forma de compreender o racismo dizendo que ele é

uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Munanga (2019) sintetiza algumas das características do racismo à brasileira e seus modos de manifestação. Para o autor, o racismo é um fenômeno latente, presente na cultura, nas instituições e nas relações e que deve ser interpretado de acordo com a época, com os modelos culturais e as estruturas de poder da sociedade onde se insere. As peculiaridades do

racismo à brasileira, resultantes da construção histórica e ideológica de nosso país, o diferenciam e complexificam sua compreensão. Ele é um racismo implícito e não-oficializado por leis, diferente do racismo existente em outros países, e que, portanto, tem dinâmicas e consequências diferentes. Seu caráter ambíguo e contraditório faz com que a afirmação de sua existência nunca seja totalmente afirmativa, ela sempre carrega consigo um adendo amenizador. Assim como a sua negação, que é sempre justificada com argumentos do mito da democracia racial. A própria ideia da mestiçagem dificulta o entendimento e o combate ao racismo à brasileira visto que separa suas vítimas entre negras e pardas, impedindo sua coesão e mobilização, além de ser uma manipulação ideológica que escamoteia diversos de nossos problemas sociais e dificulta a criação e efetivação de políticas de ações afirmativas. Em suma, a principal característica do racismo à brasileira é o silenciamento, através da qual ele agride e se oculta. Munanga (2019, p. 34) resume nosso racismo como “difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos, e algumas pessoas talvez suponham que seja mais sofisticado e inteligente do que o de outros povos”.

A partir dessa retomada histórica, sociológica e psicológica pretendemos, então, investigar como a psicanálise tem sido apropriada para a produção de conhecimentos e para a construção de intervenções em questões sócio-raciais brasileiras. Afinal, como defende Silva (2019, p. 75), “é preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades”. Para alcançar os objetivos dessa investigação, faremos uma revisão dos artigos científicos já publicados dentro desse tema e, em seguida, focalizaremos algumas questões que emergirem dessa revisão.

Capítulo 2

A psicanálise e suas implicações ao racismo brasileiro: uma revisão integrativa

Quando tratamos de negritude, racismo e psicanálise, referenciais clássicos logo se destacam: Neusa Santos Souza, Isildinha Nogueira, Virgínia Bicudo, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Maria Lúcia da Silva. Autoras, e um autor, pioneiras e de extrema importância para entendimento e produção acerca do tema. Contudo, as possibilidades psicanalíticas para compreensão e intervenção do racismo e seus desdobramentos não se encerram nos clássicos. A produção acerca desse tema é existente, apesar de demonstrar uma grande escassez histórica. Por isso, aqui, optamos por nos debruçar sobre a produção científica publicada no Brasil na última década acerca deste tema e que se encontra disponível em periódicos acadêmicos. Acreditamos que essa investigação acerca do desenvolvimento da psicanálise brasileira frente às questões raciais lança abertura para a integração e potencialização de possibilidades para a construção de uma psicanálise ainda mais implicada em nossas configurações sócio-raciais.

Percurso metodológico

Nesse capítulo, desenvolvemos uma revisão bibliográfica integrativa de artigos publicados sobre o tema da psicanálise em relação às questões sócio-raciais, a partir das contribuições metodológicas apresentadas por Souza, Silva e Carvalho (2010). A revisão integrativa foi escolhida como método por se caracterizar como uma abordagem ampla que permite a inclusão de produções científicas resultantes de diferentes métodos, tanto teóricos, quanto empíricos. A variedade metodológica é uma característica particular das pesquisas qualitativas no campo de ciências humanas como a Psicologia e a psicanálise, dadas as impossibilidades de consensos, as diferentes visões de mundo e sujeito dentro de cada disciplina, além das infinitas possibilidades de compreensão de fenômenos humanos e subjetivos. Por conta dessa amplitude, a revisão integrativa também possibilita a análise de variados aspectos relacionados a um mesmo tema. “A ampla amostra, em conjunto com a multiplicidade de propostas, deve gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas” (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 103). Contudo, por ser uma abordagem originalmente proposta no campo da saúde, da Medicina e outras práticas baseadas em evidência, nos apoiamos também nas contribuições de Hohendorff (2014) sobre produção científica a partir da revisão de literatura.

O processo de elaboração da revisão integrativa contempla seis etapas principais: (1) a elaboração de uma pergunta norteadora; (2) a busca da literatura; (3) a coleta de dados dentro da literatura; (4) a análise crítica das publicações; (5) a discussão dos resultados; e (6) a apresentação da revisão integrativa em si (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 103). A essas etapas incluímos: (1) produção de uma estratégia de busca da literatura bem delimitada com claros critérios de inclusão e exclusão; (2) análise da qualidade das publicações encontradas; (3) leitura e produção de fichamentos das publicações e análise comparativa dos dados encontrados (HOHENDORFF, 2014).

Nosso problema de pesquisa diz respeito às contribuições desenvolvidas, no campo da psicanálise, para a compreensão e a intervenção nas questões sócio-raciais brasileiras, em especial do racismo e de seus efeitos. Em decorrência desse problema, objetivamos compreender se existem, e quais seriam, as possibilidades de a psicanálise contribuir para o constante processo de transformação social e de resistência política no que tange às questões sócio-raciais brasileiras. Portanto, nossa pergunta norteadora pode ser descrita em: “dentro das produções científicas brasileiras desenvolvidas no campo da psicanálise nos últimos dez anos, o que pode ser identificado como contribuição para a compreensão e intervenção do que tange ao racismo e seus efeitos, tanto subjetivos, quanto sociais e coletivos?”.

A partir dessa pergunta criamos uma estratégia de busca com o seguinte protocolo: (a) foram utilizados como bases de dados o *SciELO*, o *PePSIC* e a versão de assinantes do Portal de Periódicos CAPES disponibilizado para a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás; (b) a busca inicial foi realizada com o uso da palavra-chave psicanálise associada às palavras-chave racismo, raça, racial (e variações), negritude, negro e negra; (c) foram incluídos artigos publicados em língua portuguesa desde 2011 e com evidente desenvolvimento dentro de teorias psicanalíticas; (d) foram excluídos resenhas, resumos e textos em linguagem não-acadêmica, além de artigos que tratassem de outros recortes temáticos específicos, mesmo que fronteiros às questões sócio-raciais, e artigos com evidente desenvolvimento em outras correntes teóricas. Dessa busca, resultaram 11 publicações, com a devida qualidade atestada pela leitura dos resumos e identificação das revistas e periódicos em que foram publicadas.

Em seguida, realizamos a leitura e a produção de fichamentos dos artigos. Para a extração e sistematização dos dados elencamos as seguintes categorias: (a) tipo do artigo e método; (b) concepção de racismo; (c) referências em destaque; (d) principais conceitos; e (e) observações importantes. Esses dados foram organizados de forma a possibilitar análises

comparativas. O texto que segue é a apresentação final da revisão integrativa, estruturada a partir da organização, integração e comparação dos resultados, acompanhados de sua análise crítica e discussão.

Resultados e discussão

A “Tabela 1 – Metadados” agrupa os dados primários resultantes da revisão integrativa. A variedade metodológica, já esperada, demonstra a grande e importante gama de formas para se abordar objetos pertencentes ao tema das relações raciais. Um dado relevante é que a revisão abarcou produções realizadas desde 2011 até o ano presente, mas foram encontradas apenas publicações a partir do ano de 2018. Uma possível hipótese que justifique esse dado é uma maior implicação política dos psicanalistas desde a publicação, no ano de 2017, do livro *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*, que tem seus capítulos citados em muitas das publicações analisadas. Por fim, a grande e variada quantidade de conceitos e referências nos indicam um campo aberto de produções e discussões onde poderemos encontrar muitas e frutíferas possibilidades de compreender, resistir e combater o racismo.

Título, autoria e ano de publicação	Tipo de artigo e metodologia	Principais conceitos	Principais referências * Conforme citadas no artigo
<p>Racismo e necropolítica: um debate entre teoria social e psicanálise.</p> <p>Costa et al.</p> <p>2020.</p>	<p>Teórico</p> <p>Não há definição do método utilizado.</p>	<p>Medicalização.</p> <p>Poder.</p> <p>Biopolítica.</p> <p>Necropolítica.</p>	<p>Munanga (2017).</p> <p>Foucault (1988, 2008).</p> <p>Mbembe (2016, 2020).</p> <p>Lima (2018).</p> <p>Masiero (2005).</p> <p>Santana e Santos (2016).</p> <p>Freud (1905, 1908, 1913, 1921, 1930, 1931, 1933).</p> <p>Lacan (1957, 1949, 1932, 1938, 1954, 1966, 1969, 1967) .</p> <p>Fachinetti (2012).</p> <p>Almeida (2019).</p> <p>Gonzales (1984).</p> <p>Souza (1983).</p>

<p>Virgínia Leone Bicudo: contribuições aos estudos sobre relações raciais.</p> <p>Barbosa e Ferreira.</p> <p>2020.</p>	<p>Biográfico e analítico.</p> <p>Análise de núcleos de sentido em entrevistas realizadas por Virgínia Bicudo.</p>	<p>Branqueamento.</p>	<p>Bicudo (2010). Gomes (2013). Bento (2002). Conselho Federal de Psicologia (2017). Almeida (2011).</p>
<p>Escravidão, preconceitos e psicanálise.</p> <p>Alarcão</p> <p>2019.</p>	<p>Teórico.</p> <p>Construção de caso clínico.</p>	<p>Escuta. Transferência. Escravidão. Escravidão psicanalítica a ideais. Colonização. Civilização e barbárie.</p>	<p>Harkot-de-La-Taille e Santos (2012). Miranda (2016).</p>

<p>Contaçon de histórias como dispositivo clínico na infância frente ao racismo à brasileira.</p> <p>Rocha et al.</p> <p>2020.</p>	<p>Relato de intervenção.</p> <p>Apresentaçõ de dispositivo clínico - Grupo de contaçon de histórias.</p>	<p>Democracia racial.</p> <p>Resistênci do analista.</p> <p>Produçõ de subjetividade.</p>	<p>Vannuchi (2017).</p> <p>Munanga (2017).</p> <p>Cuti (2017).</p> <p>Silva (2017).</p> <p>Braga (2016).</p> <p>Rodulfo (1990, 2004, 2014).</p> <p>Petit (2009, 2013).</p>
<p>Psicanálise e uma ontologia política identitária: leitura sobre a expressão “cultura negra”.</p> <p>Moreira et al.</p> <p>2020.</p>	<p>Teórico.</p> <p>Nõ há definiçõ do método utilizado.</p>	<p>Ontologia.</p> <p>Política identitária.</p> <p>Política.</p> <p>Cidadania.</p> <p>Cultura.</p> <p>Cultura negra.</p> <p>Universalismo e particularismo.</p>	<p>Laurent (1999).</p> <p>Arendt (1989, 1994).</p> <p>Foucault (2010).</p> <p>Agamben (2010).</p> <p>Frantz Fanon (1952/2008).</p> <p>Reis (2005).</p> <p>Pereira (1983).</p> <p>Gomes (2003).</p> <p>Munanga (2005).</p> <p>Laclau (2011).</p> <p>Freud (1926, 1933, 1936).</p> <p>Lacan (1998, 2003).</p> <p>Ayouch (2017).</p>

<p>Psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica.</p> <p>Benedito e Fernandes.</p> <p>2020.</p>	<p>Relato de pesquisa.</p> <p>Entrevistas com profissionais sobre o atravessamento de questões raciais em sua prática clínica.</p>	<p>Dominação.</p> <p>Sujeito do grupo.</p> <p>Alianças inconscientes.</p> <p>Transmissão psíquica.</p> <p>Solidão da mulher negra.</p>	<p>Santos, Schucman e Martins (2012).</p> <p>Kaës (1993, 1997).</p> <p>Fernandes (2005).</p> <p>Nogueira (2017).</p> <p>Hooks (1993/2000).</p>
<p>A Violência Doméstica e Racismo Contra Mulheres Negras.</p> <p>Carrijo e Martins.</p> <p>2020.</p>	<p>Relato de pesquisa qualitativa.</p> <p>Revisão da literatura</p> <p>Entrevista semi-estruturada com 3 voluntárias.</p>	<p>Solidão da mulher negra.</p> <p>Violência doméstica.</p> <p>Trauma.</p> <p>Ideal de Ego.</p> <p>Identidade.</p> <p>Interseccionalidade.</p>	<p>Costa (1986).</p> <p>Souza (1983).</p> <p>Foucault (1994)</p> <p>Gonzales (2018).</p> <p>Silva (2017).</p> <p>Vanucchi (2017).</p>

<p>Considerações psicanalíticas sobre preconceito racial: um estudo de caso.</p> <p>Barreto e Ceccarelli.</p> <p>2018.</p>	<p>Análise de entrevista semiestruturada.</p>	<p>Identidade.</p> <p>Processos identificatórios.</p>	<p>Dahia (2008).</p> <p>Souza (1983).</p> <p>Ceccarelli (2013, 2007, 2000, 2012).</p> <p>Freud (1921/1976, 1905/1976, 1919/1976, 1932/1976).</p>
<p>Escutando os subterrâneos da cultura: racismo e suspeição em uma comunidade escolar.</p> <p>Braga e Rosa.</p> <p>2018.</p>	<p>Relato de intervenção.</p> <p>Análise de dispositivo de intervenção clínico-política - Grupo de conversas.</p>	<p>Não-dito.</p> <p>Repetição.</p> <p>Transmissão.</p> <p>Singularidade.</p> <p>Desamparo discursivo.</p>	<p>Freud (1914/2015).</p> <p>Lacan (1954-55/1985, 1969-70/1994, 1972-73/1985).</p> <p>Del Priori (2009).</p> <p>Musatti-Braga (2015).</p> <p>Segato (2005).</p> <p>Schwarcz (2014).</p> <p>Gonçalves Filho, Sader, Koltai (2012).</p> <p>Rosa (2016).</p>

<p>Das impossibilidades do racismo etnosemântico à fala como saída.</p> <p>Menezes et al.</p> <p>2020.</p>	<p>Teórico.</p> <p>Não há definição do método utilizado.</p>	<p>Racismo de discurso.</p> <p>Outridade.</p> <p>Clínica do racismo.</p> <p>Discurso.</p> <p>Silenciamento discursivo.</p>	<p>Freud (1921/2011, 1930/2011).</p> <p>Lacan (1973/2003, 1972).</p> <p>Munanga (2003, 2019).</p> <p>Fanon (2008).</p> <p>Kilomba (2019).</p> <p>Moura (1988).</p> <p>Souza (1983).</p> <p>Recalde (2014).</p> <p>Brah (2006).</p> <p>Gonzales (1984).</p>
<p>O Papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira.</p> <p>Guerra.</p> <p>2020.</p>	<p>Teórico.</p> <p>Revisão da literatura.</p>	<p>A história da escravização.</p> <p>Genocídio.</p> <p>Raça enquanto construção social.</p> <p>Mito da democracia racial.</p> <p>Negação.</p> <p>Ideal de Eu.</p> <p>Recalque, recusa e foraclusão.</p>	<p>Mattos e Abreu (2013).</p> <p>Chalhoub (2011).</p> <p>Freyre (2006).</p> <p>Souza (2012).</p> <p>Fernandes (1978).</p> <p>Nunes (2008).</p> <p>Nascimento (2017).</p> <p>Schwarcz (2017).</p> <p>Munanga (2017).</p> <p>Santos (2013).</p> <p>Costa (2003).</p> <p>I.B. Nogueira (1998).</p> <p>Silva (2017).</p> <p>Veríssimo (2017).</p>

Tabela 1 - Metadados

Um primeiro aspecto que se destaca nessa revisão é o indício, apontado por alguns autores, de que a Psicologia e a psicanálise foram utilizadas como instrumentos para justificar e implementar ideais de dominação, eugenia, racismo e higiene social e mental. Como Costa et al. (2020) demonstram, a difusão da psicanálise no Brasil se iniciou pelo contato de uma elite europeizada, leitora da língua alemã e ligada à psiquiatria e a teorias e movimentos eugenistas, com as produções freudianas. Os conceitos de Freud, a partir desse contato inicial, foram apropriados e distorcidos, afastados de muitos preceitos fundamentais da psicanálise, e, então, utilizados para validar ideias e intervenções racistas. A psicanálise era utilizada por essa elite como uma ferramenta corretiva, capaz de impor uma civilidade ao inconsciente primitivo, num movimento de colonização psíquica, baseado numa ideia de sublimação domada pela consciência e educada nos moldes brancos e europeus.

Contudo, como também demonstram Costa et al. (2020), houve um segundo viés da difusão da psicanálise no Brasil, marcado pela aproximação do movimento modernista nacional com as teorias freudianas. Esse movimento tinha por objetivo uma crítica à hegemonia cultural europeia e a criação de uma nova identidade nacional, pautada em nosso povo e nossa história. Para tanto, a psicanálise e sua noção de pacto civilizatório eram utilizados como fundamento para a concepção de uma nova organização coletiva. Seja nesse sentido, ou no de uma psicanálise utilizada como instrumento de dominação racista, para os autores, fica evidente uma vocação coletiva e cultural da obra freudiana, com uma potencialidade política em si. Esse potencial, entretanto, foi ocultado e negligenciado durante os anos de repressão da Ditadura Militar no Brasil. Situação que só se transforma com a redemocratização e a chegada do lacanismo em nosso país, momento a partir do qual muitos analistas vão se afastar do ideal de um analista neutro, imparcial e vazio e se aproximar da figura de um analista cidadão, com responsabilidade coletiva e social (COSTA ET AL., 2020).

Barbosa e Ferreira (2020) abordam a produção de Virgínia Bicudo, que foi a primeira mulher psicanalista a defender uma dissertação sobre o tema das relações raciais numa universidade pública brasileira. Isso reforça o argumento de que existe, na psicanálise, um grande potencial político e que as ideias propostas por Freud e desenvolvidas por seus sucessores ensejam possibilidades de trabalhar com questões de grande relevância social, como a temática racial de nosso país. Barbosa e Ferreira (2020) não desenvolvem conceitos e questões psicanalíticas, mas realizam uma nova e interessante análise nos dados coletados por Bicudo em sua dissertação de mestrado, defendida há mais de 75 anos. Essa análise

demonstra que, apesar das décadas que separam a produção de Bicudo e os tempos atuais, as questões levantadas por ela permanecem presentes e atuais. Os autores organizaram as entrevistas feitas por Bicudo com sujeitos negros em 6 núcleos de sentido que versam sobre percepção grupal e intersubjetiva, autopercepção e aceitação, situações de discriminação e preconceito, estratégias de contorno para a violência e a rejeição, relacionamentos conjugais e familiares, e ascensão social.

O trabalho de Barbosa e Ferreira (2020) demonstra que o racismo interfere em todos os aspectos objetivos, subjetivos e psíquicos da vida de sujeitos racializados. Ao retomarem as conclusões de Bicudo, evidenciam que existem dinâmicas que, desde então, se perpetuam em sujeitos negros como o desejo de aproximação ao que remete ao branco e ao mundo dos brancos, sentimentos de inferioridade, desarticulação e conflitos entre os próprios sujeitos negros, isolamento, negação do próprio corpo, cobranças exacerbadas e a busca por ascensão social. Nesse sentido, retomam o conceito e o projeto de branqueamento, que tinha por objetivo fazer desaparecer o negro, cultural e biologicamente, e que deixou marcas não apenas na história e na cultura, mas também no psiquismo dos brasileiros. A ideologia que embasou esse projeto de branqueamento impede, ainda hoje, que os negros se definam como sujeitos, e os define como um todo indivizível, em que o que é tido como errado, inadequado e inferior é comum a todo o grupo e o que não é é entendido como exceção. Em suma, a obra de Bicudo aponta para a existência de um mecanismo que racializa sujeitos não-brancos e atribui a eles um não-lugar que, apesar das promessas de transformação pela ascensão social, persiste mesmo quando não há diferença de classe. Um preconceito de cor, que diminui com a distância de características corporais e sociais que remetem ao negro, independentemente de sua origem, mas que não desaparece mesmo em condições de igualdade social (BARBOSA; FERREIRA, 2020).

Outro ponto que se destaca na revisão é a ausência de um consenso sobre o que é racismo. Em algumas publicações é possível perceber características do racismo e de sua forma de funcionamento, em outras há uma sustentação teórica de outros campos do conhecimento, como a antropologia e sociologia, para que essa definição seja possível e em outras, ainda, há um trabalho claro de definição do que é o racismo. Dessa variedade ficam evidentes dois aspectos de suma importância: (1) o entendimento sobre o processo de colonização e escravização realizado no Brasil pelos portugueses é peça-chave para a compreensão do racismo que se instaurou em nosso país; (2) a psicanálise por si só não tem artifícios para uma compreensão total e completa das temáticas raciais e do racismo, o que aponta para a necessidade de interfaces com outras áreas do conhecimento como a história, a

sociologia, a antropologia, a filosofia e, até mesmo, a biologia, num movimento de transdisciplinaridade e construção conjunta de saberes.

Alarcão (2019) reforça o argumento de que a psicanálise tem, desde sua origem, um apreço pelas questões sociais. Contudo, ressalta que existe um insustentável desinteresse dos psicanalistas brasileiros pelo tema da escravização, evidenciado pela escassez de produção sobre o tema e que isso gera uma convocação para que esse tema seja mais debatido, problematizado e difundido. Negligenciar a escravização não faz com que suas marcas históricas e consequências desapareçam, todo silenciamento carrega consigo algo que sempre retorna. Na produção de Alarcão (2019, p. 238) fica evidente que o racismo está relacionado com algo da escravização, enquanto “processo social, coletivo, institucional, individual e psíquico” relacionado à barbárie, que perdura em nossa sociedade. Nesse sentido, o preconceito racista se manifesta também de forma inconsciente. E mesmo que o trabalho psicanalítico retome a possibilidade, tanto do sujeito, quanto da sociedade, recontarem suas histórias e, assim, se reconstruírem, o racismo pode ser reproduzido inconscientemente pelos próprios psicanalistas e por suas produções. Alarcão (2019, p. 236-237), trabalhando essas questões, nos deixa um alerta:

penso que o silêncio psicanalítico diante da escravização representa a complacência diante das perversões sociais que nos constituem. Não podemos negar a importância de fazer a psicanálise pensar o real sem se enclausurar na assepsia de uma clínica quase laboratorial. Os efeitos dessa alienação são nefastos e podem ser verificados, por exemplo, na praticamente inexistência de psicanalistas negros ou pobres no país. Em geral, a psicanálise tem transitado num estrato muito específico da população brasileira.

Ao que Rocha et al. (2020, p. 4) também complementam sobre a incidência do colonialismo na própria psicanálise:

podemos assinalar a existência de um regime de verdade colonial que parece ter habitado a psicanálise quando delega ao campo de conhecimento vizinho a questão racial, valendo-se de uma pseudoneutralidade da escuta ou recusando a escuta da cor da pele e seus efeitos no sofrimento coletivo produzido pelo racismo. Silencia-se, assim, a racialidade e seus efeitos de branqueamento quando se argumenta que a estrutura psíquica ou o psiquismo não tem cor.

Utilizando referenciais filosóficos e sociológicos, como Aristóteles, Arendt e Foucault, Moreira et al. (2020) agregam ao debate algumas considerações sobre a origem do racismo. A partir da filosofia grega, os autores argumentam que o homem é um ser político e coletivo, que a política é um dos fundamentos indissociáveis da cidadania e que a possibilidade de justiça se pauta num princípio de igualdade entre os cidadãos. Logo, para que haja política e justiça é necessário que se conserve um princípio de igualdade que contemple a diferença entre os homens. Contudo, nem sempre todos os homens são considerados cidadãos, de forma que, quando se trata da questão racial e a diferença é reconhecida apenas pela discriminação, existe uma contradição fundamental que impede a manutenção da igualdade e, conseqüentemente, da justiça e da política. Dessa forma, amparados pelo pensamento de Arendt, Moreira et al. (2020, p. 5) demonstram que a discriminação racial transformou-se em um instrumento de domínio na organização social imperialista, instituindo o desvalor humano de algumas existências:

do ponto de vista político, a raça implica o fim da humanidade, o declínio dos povos e a morte antinatural do homem. Ao constatar que o racismo não era uma arma nova ou secreta, a autora também aponta sua utilização de forma metódica e coerente, tornando-se uma ideologia que interpreta a história como uma luta natural entre as raças. Constituinte da ideologia política do imperialismo, a questão racial irrompeu fronteiras geográficas e linguísticas, destruindo nações, e se tornou um dos mecanismos da organização política e de domínio dos povos estrangeiros.

Por uma terceira vertente, pautada em preceitos foucaultianos, Moreira et al. (2020) ainda apresentam a noção de que a luta entre as raças se constitui como um discurso de poder ocultado pela luta de classes. A luta de raças é um instrumento de exercício do poder, pautado em controle, dominação, segregação e eliminação dos corpos que não pertencem a uma raça pura e verdadeira. Esse mecanismo atravessa o funcionamento do Estado moderno, sendo exercido sobre os grupos societários através das tecnologias de poder e das instituições. Assim, incluindo as contribuições de Costa et al. (2020), se institui um biopoder: um dispositivo de segurança que, a partir da instrumentalização de saberes científicos e da manipulação da realidade social, promove a manutenção da vida de determinados grupos enquanto não interferem nos processos que levam à morte de outros grupos. Contudo, Moreira et al. (2020) reconhecem que o racismo brasileiro tem características e especificidades que transcendem essa perspectiva sobre o racismo, assim como Costa et al. (2020), que categorizam esse racismo como pré-moderno.

Na produção de Costa et al. (2020) é discutido também o conceito de necropolítica proposto por Achille Mbembe que aproxima essa ideia de racismo às especificidades do racismo em países explorados pelo imperialismo colonizador que, atualmente, se localizam nas periferias do capitalismo, como é o caso do Brasil. Necropolítica, então, a partir das considerações dos autores, é uma forma de exercício do poder onde vidas e existências marcadas por certos determinantes de raça, classe e gênero são submetidas a um cotidiano de controle dos corpos, exceção e violação de direitos que institui uma política de morte. Essa configuração é construída a partir da história de exploração colonial e escravização, marcada por elementos sociais, econômicos, políticos e culturais aliados aos interesses e preceitos racistas internacionais, principalmente europeus. Dessa forma, o racismo não pode ser dissociado dos fundamentos capitalistas e neoliberais de nossa sociedade (COSTA ET AL., 2020). Ideia também presente em Benedito e Fernandes (2020), ao sustentarem o argumento de que o racismo é resultante de um processo histórico mantido por interesses capitalistas, e em Carrijo e Martins (2020), no argumento de que o racismo se ancora no capitalismo e no patriarcado.

Barreto e Ceccarelli (2018) introduzem também uma consideração importante para o debate: as questões raciais brasileiras são mesmo específicas e se diferenciam das questões presentes para sujeitos guineenses. A partir dessa constatação, nos trazem alguns elementos que nos ajudam a pensar nosso racismo. Inicialmente, sua existência se baseia na ideia de que existem raças naturais que são hierarquizadas. Nas palavras de Barreto e Ceccarelli (2018, p. 145-146), o racismo é um “campo ideológico que violenta e nega a condição de sujeito diante da relação com o outro [...] impedindo o desenvolvimento humano integral e a ocupação de espaços sociais e de constituição de poder na sociedade brasileira”. Dessa forma, se caracteriza por ser, em nosso país, uma experiência angustiante, violenta e sistêmica que interfere em processos identificatórios por uma desvalorização dos aspectos culturais, sociais e corporais dos negros, dificultando que esses sujeitos reconheçam e construam a si mesmos.

Indicando algumas características do racismo que se desenvolve especificamente no Brasil, o racismo à brasileira, Rocha et al. (2020) destacam o seu caráter silenciado, que decorre da existência do mito da democracia racial. É um racismo que parte da hierarquização entre brancos e não-brancos, inscrevendo no campo linguístico do qual participamos uma política de branqueamento e também barreiras de acesso a aparatos básicos de existência e ao capital cultural, que cristalizam um discurso dominante que promove marginalização. Essa inscrição, contudo, ocorre de forma silenciada, impedindo que haja movimentos de reação,

pois as possibilidades de enfrentamento dependem da possibilidade de nomear o racismo. Essa perspectiva encontra-se também no trabalho de Braga e Rosa (2018) no qual, mesmo sem uma definição explícita do que as autoras entendem como racismo, é possível inferir algumas de suas características. Para elas, o racismo é um mecanismo que contém facetas políticas e sociais e influencia o modo de inscrição na trama discursiva e no laço social, gerando cristalização em posições inferiorizadas e adesão a significantes introjetados, fixos e inquestionáveis. O racismo se sustenta em processos de violência, dominação e desidentificação, dos outros e de si mesmo.

Outro ponto que se destaca em Braga e Rosa (2018) é a evidente relação do racismo com o corpo, ou seja, com a presença de traços corporais que remetem ao processo de escravização. A proibição social de rememoração da escravização, juntamente do processo de apagamento e esquecimento do passado escravista, sustentados pelo mito da democracia racial, faz com que esse passado retorne e permaneça como uma repetição. Dessa forma, os significantes de servidão, exploração e desumanização se presentificam ao serem atribuídos aos corpos que remetem à escravização, principalmente os corpos negros femininos. Esses corpos são falados, lidos e vistos como corpos acessíveis, nos quais não há desejo, apenas necessidades, onde não há espaço para o consentimento nas esferas sexual e laboral. Esse tipo de dominação elimina as possibilidades de singularidade e subjetividade, ocultando a pluralidade dos integrantes do grupo dominado, atribuindo a todos eles um único lugar de inferioridade e exploração que impede deslocamentos, construções e rearranjos na trama discursiva. Nas palavras de Braga e Rosa (2018, p. 12),

Um dos efeitos do discurso social, visando à manutenção e concentração do poder, é o empobrecimento e desertificação no campo discursivo e pulsional, promovendo uma aridez de significantes dignos possíveis com que o sujeito possa se identificar, nomear e ter nomeada suas experiências.

Benedito e Fernandes (2020) partem de uma perspectiva semelhante. As autoras afirmam que o racismo está intimamente ligado ao processo de escravização e à manutenção das desigualdades no pós-abolição. Por conta dos trabalhos degradantes, da invisibilidade e da negação de direitos sociais, a libertação foi algo que nunca aconteceu de fato, ou seja, a condição de ser escravizado se perpetuou. O racismo, portanto, é uma construção social complexa e determinada por múltiplos fatores, reproduzida historicamente tanto em relações interpessoais, quanto nas instituições, que se caracteriza por manutenção de privilégios, para uma classe branca, e dominação e inferiorização para outra. Em seu caráter de ideologia de

hierarquia social e de privilégios, o racismo bloqueia a existência de direitos e potencialidades para a população negra. Para explicar sua manutenção na sociedade, Benedito e Fernandes (2020) utilizam o conceito de alianças inconscientes formulado por Renè Kaës: os seres humanos são sujeitos grupais que estabelecem acordos coletivos e inconscientes que amarram e sustentam relações intersubjetivas. Essas formações, que dizem respeito ao vínculo e a transmissões entre o sujeito e o grupo, são as alianças inconscientes. O racismo, então, é uma expressão desse tipo de aliança que se transmite negativa e inconscientemente através das gerações, carregando conteúdos, valores e crenças não-simbolizadas, como as que decorrem da escravização realizada em nosso país, culminando na desqualificação do sujeito negro. A própria mestiçagem, enquanto uma tentativa de apagamento da diferença e de manutenção de privilégios, é mantida por alianças inconscientes. O impedimento de acesso à própria história e de reconhecimento da própria ancestralidade, o apagamento sistemático das potencialidades e capacidades dos antepassados negros e a imposição compulsória do silenciamento são evidências disso (BENEDITO; FERNANDES, 2020).

As autoras ainda demonstram que o racismo brasileiro é diferente de outros tipos de violência, pois a violência pode acometer a todos os sujeitos. O racismo, por sua vez, é sempre direcionado a sujeitos específicos, com cores e características corporais específicas. Isso se fundamenta em um sistema ideológico que não oferece para os negros outras possibilidades senão a inferioridade. Nas palavras de Benedito e Fernandes (2020, p. 6) “a discriminação é apenas uma das formas de expressão do racismo; já o racismo é parte da própria estrutura social”. Como efeito disso, o racismo imputa aos negros e negras um lugar de subordinação e subalternização que afeta suas relações interpessoais, afetivas e familiares e também seu acesso a serviços, equipamentos e direitos públicos. Decorre daí o sofrimento associado a sentimentos de culpa, inferioridade, inadequação, solidão, além das questões de negação do próprio e da própria negritude pela imposição de um padrão de beleza pautado no embranquecimento. Benedito e Fernandes (2020, p. 5) resumem da seguinte forma:

referindo-se aos conceitos de transmissão psíquica e alianças inconscientes, buscou-se demonstrar como, pelas alianças estabelecidas nos grupos, ocorre a transmissão, em negativo, de conteúdo das estereotípias e estigmas depositados nas pessoas negras, que implicam em traumas e sentimentos de inferioridade, na ambivalência entre desejo e culpa e em sofrimentos na representação de seu corpo.

Trazendo outros elementos para o debate, Menezes et al. (2020) apresentam o conceito do racismo etnosemântico. Nessa perspectiva, o racismo não se fundamenta propriamente nas diferenças corporais, biológicas e anatômicas entre grupos raciais, mas sim na interpretação que é atribuída a essas diferenças. O racismo se localizaria no campo da linguagem, sendo um sintoma do próprio laço social, “marcando que o racismo é um sintoma do discurso, um sintoma que se torna ainda mais violento com a passagem do discurso do mestre antigo ao discurso do mestre contemporâneo: o capitalista” (MENEZES ET AL., 2020, p. 126). De acordo com os autores, o racismo sempre esteve presente nas sociedades, justificado por discursos científicos, filosóficos e religiosos. Com o desenvolvimento das ciências biológicas consolidaram-se saberes que contradizem a existência de raças humanas, e, assim, os conceitos que sustentavam o racismo foram cientificamente refutados. Contudo, o racismo não desapareceu e continua a se reproduzir de forma inconsciente e discursiva através de uma marca na linguagem, sustentado, agora, por fundamentos ideológicos, relacionados a poder e dominação. As características biológicas passaram a ser associadas a características comportamentais e sociais, avaliadas e hierarquizadas a partir de um referencial de branquitude, refletindo poderes históricos, políticos, sociais e econômicos que remetem ao processo de colonização e à ferida narcísica da impossibilidade da existência do europeu como homem universal (MENEZES ET AL., 2020, p. 133):

O negro é falado pelo Outro, não fala em nome próprio, existe na fala do Outro, e é situado através deste em um lugar de segregação: do terror, do perigo, do não humano, da caricatura, do exótico. O que não goza como eu, o que goza diferente de mim. Entendendo que esse “mim” tem como referencial o homem branco Universal.

Nesse sentido, os negros são definidos, numa lógica discursiva, por elementos externos e inautênticos, que os aproxima de uma incivilidade que deve eliminada. A população negra se torna receptáculo projetivo daquilo que não pode ser aceito ou é tabu numa civilização pautada na ideia de universalidade europeia e branca. Dessa forma, estão sob a constante ameaça de eliminação e morte, além de viverem sob o peso dos efeitos psíquicos, sociais e subjetivos da inferioridade que lhes é sempre falada. Nas palavras de Menezes et al. (2020, p. 135), “em nome da civilização, o negro é tido como incivilizado, e, portanto, deve ser submetido ao modo de gozo do Colonizador, do homem branco. Do que o negro abre mão para estar na civilização? Muitas vezes, de sua própria vida.”

Os autores fazem, ainda, uma consideração muito importante sobre o papel da psicanálise frente ao racismo. A clínica psicanalítica acolhe a subjetividade e a singularidade

de cada sujeito, rejeitando tudo aquilo é normatizador e universalista. Dessa forma, Menezes et al. (2020, p. 135) argumentam que se torna possível uma clínica do racismo, afinal “a psicanálise tem como mandamento ético de sua práxis a escuta à fala do outro e também um interesse especial ao que é tido como resto, como lixo, o que está à margem, o que está segregado e excluído”.

Guerra (2020) constrói seu artigo a partir de uma pesquisa sobre o estado da arte do racismo brasileiro. O início de sua construção também remete ao período de escravização, o qual sempre foi resistido pelos povos escravizados com o aquilombamento, a busca pela alforria e com uma luta institucionalizada por direitos. Esses direitos, contudo, nunca foram oferecidos à população escravizada, mesmo após a abolição. As políticas voltadas aos latifundiários em detrimento das políticas públicas compensatórias para a população recém-liberta e a organização socioeconômica instituída no país, geraram um cenário de fome, pobreza, ausência de educação e instrução e de doenças. Os colonizadores se utilizavam desse cenário para justificar uma determinada naturalidade na construção do negro como ser inferior, incapaz de pensar e intelectualizar, por conta, inclusive, do seu passado de escravização. Ou seja, para a autora, também há uma construção do branco como humano universal e do negro como não humano, incivilizado. A grande população de negros e ex-escravizados oferecia risco à consolidação de uma sociedade de privilégios, sendo necessário colocá-los à margem dessa nova organização societária para que ela se sustentasse. Daí decorre a produção social da imagem do alcoolismo e da criminalidade, por exemplo, sempre encobertas por questões de classe. Ou seja, é “o uso social da cor da pele, seu estado transitório condicionado à ascensão econômica, sua dimensão relacional em conformidade com o interlocutor, e seu aspecto político, que determina a subalternidade e legitima a opressão e a exclusão do negro” (GUERRA, 2020, p. 8).

Antes de iniciar a exposição sobre a perspectiva psicanalítica do racismo à brasileira, Guerra (2020, p. 8) destaca também o caráter ambíguo e as manifestações grupais e institucionais desse racismo:

A instituição da escravidão e a negação estatal, societária e individual da responsabilidade por sua manutenção e por suas consequências engendrou uma lógica de negação do racismo, marcada pela projeção defensiva e social do preconceito e pelo desejo de apagamento da diferença, que deixa sequelas na ambiguidade com que se trata do racismo no país. O padrão do preconceito nacional é o da adscrição ao outro. Ninguém é pessoalmente preconceituoso, mas todos concordam que há racismo no Brasil.

Ao que completa (GUERRA, 2020, p. 8):

A maneira como o racismo se estruturou no Brasil, como se vê, implica mecanismos coletivos e institucionais que não dispensam a ação humana, mas se articulam estruturalmente. Ele não se apresenta apenas em práticas entre pessoas ou grupos, tendo sua alimentação permanente através da institucionalização do preconceito. Instalado com a escravização em função da opressão, desumanização e divisão de trabalho e riquezas peculiares à colonização brasileira, formou tentáculos e se institucionalizou através de procedimentos aparentemente automáticos e, muitas vezes, invisíveis de rebaixamento e segregação, tomando a forma de violência sistêmica (Žižek, 2014). Articulado através da burocracia e do cotidiano, infiltrado nos modos e costumes brasileiros, é dotado de aspectos materiais e simbólicos indiscutíveis.

Guerra (2020) parte do conceito psicanalítico de negação, enquanto mecanismo inconsciente de defesa, para explorar mais aspectos do racismo que se desenvolve em nosso país. Partindo das considerações da autora, a negação é parte fundamental da estrutura do psiquismo que possibilita a inserção na linguagem pelo o reconhecimento e pela simbolização (ou representação) da falta. Numa estrutura neurótica, a negação dá origem ao recalque, próximo ao esquecimento, que permite o retorno consciente de representações na forma de sintoma. Numa estrutura perversa, a negação gera a recusa (ou o desmentido), de forma que a negação e o reconhecimento da representação coexistam pela formação de um fetiche. Já numa estrutura psicótica, a negação dá origem à forclusão, que exclui a representação, permitindo seu retorno apenas na forma de alucinação. A autora demonstra que o fato dos brasileiros negarem serem racistas e, ao mesmo tempo, garantirem a manutenção do racismo pela sua reprodução é próximo de um mecanismo de ação intelectual sobre o recalque. Ação que permite o reconhecimento de determinada representação recalçada sem, no entanto, mobilizar os montantes afetivos ligados a essa representação. Pensando nos termos do racismo e de sua sua negação a partir de Guerra (2020, p. 9), podemos afirmar que existe a formação de um sintoma social pois julgar a inexistência do racismo “é uma ação intelectual que conduz à ação motora, levando o pensar ao agir, a partir da ação recíproca das pulsões primárias. Assim, ela incita a ação que [...] pode ganhar forma na palavra, no sintoma ou mesmo na violência” também garantido a “desresponsabilização face à não assunção do racismo e a sua reprodução e manutenção” (GUERRA, 2020, p. 9).

A autora, amparada também por construções de outros psicanalistas, continua a demonstrar que, pela existência de um Ideal de Eu branco que prescreve a negação do próprio

corpo para as pessoas negras, podemos aproximar a vivência do racismo de aspectos como “abolição simbólica [...], forclusão e alucinação negativa [...], despersonalização, desumanização e identificação com o agressor” (GUERRA, 2020, p. 9). Ou seja, a vivência do racismo implica na impossibilidade de inscrição de certas representações decorrentes de sua própria vivência, o que a aproxima da experiência de uma psicose. Por outro lado, a autora ressalta também a noção de que o ideal de branquitude se erige defensivamente de forma fetichizada, pautada pela recusa, representando os opostos conflitivos que se relacionam à significação da negritude. Esse esquema se resume nas seguintes palavras de Guerra (2020, p. 9):

A percepção traumática da cor de pele negra, atualizada no cotidiano do preconceito velado, assim, nos parece ora ser vivida como não inscrição, forclusão, retornando pela via da pulsão de morte nos sentimentos de despersonalização e alucinação negativos, ora como recusa, desmentido, vivenciada de maneira ambivalente como fetiche da branquitude, ora como recalçamento, retornando de maneira sintomática pela culpa, pela configuração de problemas narcísicos e pela formação de sintomas do sofrimento psíquico no corpo negro.

Moreira et al.(2020) fazem também algumas considerações sobre o atravessamento do racismo na constituição de uma cultura negra. Esse atravessamento gera um movimento de folclorização da cultura negra no qual ela é apropriada para ser esvaziada de seu sentido histórico e social e transformada em algo exótico. Assim, mesmo que existam elementos da negritude em diversas manifestações culturais típicas do Brasil, eles são caricaturados, exagerados e banalizados, afastados de seus reais significados de existência e resistência, que são a grande marca da negritude brasileira como afirmam Benedito e Fernandes (2020). Moreira et al. (2020, p. 7) recortam três principais formas de leitura da cultura negra brasileira:

Em suma, as três definições de cultura negra apontam para uma noção de cultura que incorpora as manifestações artísticas, religiosas, políticas, alimentares, entre outras, mas se diferenciam nos seguintes termos: a primeira estaria mais articulada com a imagem fenomênica do negro, estigmatizada ou valorizada pelos olhos do branco; a segunda apresenta a cultura negra como estando alicerçada em sua origem africana; e a terceira tem como princípio uma generalização da cultura brasileira como uma cultura negra.

Os autores também ressaltam essa cultura como um importante elemento de identificação e construção identitária porque resgata uma história invisibilizada e permite o estabelecimento de reconhecimento e união coletiva, através de trocas simbólicas. Contudo, existem desafios em se pensar numa cultura negra, principalmente porque sua constituição é atravessada por elementos históricos e sociais, como a escravidão, que causam grande impacto nessa formação cultural e incidem de forma importante na construção de uma identidade que tenha por base essa cultura. Carrijo e Martins (2020, p. 3) discutem essa formação identitária, demonstrando que ela integra tanto o psiquismo, quanto a realidade externa, da qual esses elementos históricos e sociais participam:

A primeira face da violência racista tende a destruir a identidade do sujeito negro, motivando uma perseguição ao próprio corpo. Através da internalização de um Ideal de Ego branco, o sujeito negro é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo, o qual tenta alcançar mesmo à custa de sua felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico

Assim, viver em uma sociedade racista leva o sujeito negro a construir um ideal próximo de uma não-existência. Logo, o sujeito deseja não a partir de si mesmo, mas a partir dos ideais que internalizou. Deseja o que seria desejável para o branco. Para as autoras, a constituição da identidade é influenciada pela configuração das relações sociais que é anterior ao nascimento de cada sujeito. Por isso, a vida em uma sociedade construída em bases racistas provoca, desde a infância, marcas que atravessam também as relações familiares, o narcisismo e o desejo dos pais sobre os filhos. Essa ideia se aproxima da noção apresentada por Menezes et al. (2020) de que a racialização se dá pelo reconhecimento e da diferenciação da não-branca através da nomeação do outro, que é falada pelo outro. Ideia também reiterada por Braga e Rosa (2018) ao discorrerem sobre a dominação pela imposição de significantes por um discurso social hegemônico que se disfarça de discurso do Outro.

Outro ponto de extrema importância que se destaca nessa revisão é a associação do racismo com outros tipos de opressão. Costa et al. (2020) demonstram que questões de classe e gênero também se articulam com o racismo dentro de uma perspectiva necropolítica. De acordo com as contribuições dos autores, o neoliberalismo dos países da periferia do capitalismo, explorados pelo imperialismo colonialista, se transforma em um necroliberalismo. O que impõe uma política mortificante que também é atravessada pela divisão da sociedade em classes sociais. Daí resulta um ideário de redução do racismo ao campo da ideologia, sem implicações políticas e econômicas. Um cenário, também, de

responsabilização individual e meritocrática dos efeitos do racismo. Assim, os processos sociais de marginalização racial que entrelaçam e modificam as relações de classe social são ocultados (COSTA ET AL., 2020).

Quanto à relação do racismo com as questões de gênero, Barbosa e Ferreira (2020) indicam que desde os estudos de Virgínia Bicudo já existia uma noção de que racismo e sexismo se conjugam. Uma ideia de que o homem subalternizado, numa identificação com as figuras que o subjagam, repete com a mulher negra algo da humilhação que vivencia ele próprio em outros espaços. Benedito e Fernandes (2020), por sua vez, abordam a questão do gênero a partir do conflito entre desejo e culpa que mulheres negras sentem por se relacionarem com homens brancos. As autoras trazem o conceito da solidão da mulher negra que é o sofrimento decorrente de, em todas as situações, ser a última escolha para um possível relacionamento afetivo. Sofrimento esse que se relaciona às possibilidades (ou ausência delas) de amar e ser amada. Carrijo e Martins (2020, p. 2) também apresentam uma perspectiva sobre a solidão da mulher negra, discutindo como a questão racial atravessa as situações de violência doméstica:

Para Claudete Souza (2008), essa solidão é uma experiência “individual, comunitária e coletiva, pois faz parte de uma construção histórica, social e política cravada pela dimensão de gênero e étnico-racial” (p. 57). Ferreira (2018) afirma que essa solidão não se estabelece apenas por meio de relações sexuais, mas também afetivas entre as mulheres e suas famílias, denunciando uma rejeição afetiva permeada por ideais impostos socialmente.

Para essas autoras, as mulheres negras são as mais violentadas e invisibilizadas. Existem diversas variáveis sociais envolvidas na violência doméstica e a racialidade de uma mulher, seja negra ou indígena, é um fator que potencializa a opressão, promove uma intensificação que extrapola a soma desses dois fatores. Como Braga e Rosa (2018) argumentam, à mulher negra é atribuída uma posição de dominação dentro do laço social, pautada por significantes que as ligam à servidão e à escravização, tanto sexual, quanto laboral. Significantes que impedem seu reconhecimento como mãe independente e mulher desejante. Para explicar essa conjunção e potencialização do racismo com opressões de classe e gênero, Carrijo e Martins (2020) trazem o conceito de interseccionalidade, que é uma tentativa de entender a dinâmica e a consequência da articulação de diferentes opressões e discriminações, que são independentes mas conjugadas. Articuladas, essas opressões geram

diferentes posicionamentos de subalternização e desempoderamento, com efeitos políticos e sociais que tornam determinados grupos mais vulneráveis que outros.

Assim, a partir de todas as considerações apresentadas, fica evidente a relação intrínseca do racismo brasileiro com o nosso passado de escravização de povos negros e africanos. Os corpos de descendentes desses escravizados são um constante lembrete da cruel e violenta construção de nossa sociedade de privilégios que as elites e estruturas de poder insistem em negar e apagar pela dominação. Contudo, é uma verdade que não cansa de se reescrever e se manifestar como repetição, para que seja lembrada e elaborada. Para tanto, temos a árdua tarefa de resistir, falar e ouvir. Benedito e Fernandes (2020) explicitam que a Psicologia, em seus primórdios no Brasil, foi utilizada para associar a raça à patologia e à criminalidade e, juntamente com Alarcão (2019), nos alerta para o fato de que a psicologia e a psicanálise têm sido majoritariamente exercidas por e para brancos. Frente a isso, Rocha et al. (2020, p. 9) evidenciam a importância da presença de psicanalistas negros no desenvolvimento de intervenções e dispositivos:

Ressaltamos a importância da representatividade negra na equipe, que disparou o processo de olhar para essa diferença e validar a invisibilidade do racismo à brasileira, que, por vezes, cala a todos e, silenciados, repete-se na produção de uma surdez para as questões raciais no processo de escuta. Foi preciso considerar o impacto do preconceito racial na construção da subjetividade brasileira.

Pelas contribuições de Menezes et al. (2020), o ato de falar em nome próprio é resistir quando se é falado pelo outro, quando esse outro lhe silencia e fala em seu lugar. Contudo, para que a fala tenha efeitos ela precisa ser escutada e se fazer ecoar. Rocha et al. (2020, p. 4) entendem, numa importante contribuição, que a surdez dos psicanalistas para as questões raciais são uma manifestação do racismo na forma de uma resistência do analista:

a surdez perante as questões raciais, bem como o não reconhecimento da experiência compartilhada por pessoas negras, apontadas por Braga (2016), fazem parte do que Lacan (1985, p. 569) aponta como resistência do analista. Ao trabalhar as questões transferenciais presentes numa análise, Lacan discute as diferentes interpretações realizadas sobre a contratransferência e a resistência no campo da psicologia do ego, das proposições da psicanálise inglesa, e reposiciona o lugar e a política do analista situando-o no que denomina “carência de ser”. Além disso, destaca que qualquer interpretação da resistência deverá ser tomada como resistência do analista, seja em relação ao tempo do sujeito, seja a outras questões do processo analítico. É nesse sentido que destacamos a surdez e a cegueira perante as diversas questões da desigualdade racial como pontos de resistência do analista.

Essa perspectiva recoloca uma responsabilidade crítica sobre os psicanalistas e reafirma a necessidade de um compromisso com a transformação a partir da escuta daquilo que é silenciado, negado e desmentido. Moreira et al. (2020) confirmam essa responsabilidade quando argumentam sobre o dever da escuta psicanalítica sustentar a alteridade, recusando a universalidade e retomando a historicidade constitutiva do sujeito (e também da cultura) para, assim, colocar a sua singularidade em primeiro plano. Benedito e Fernandes (2020) ressaltam, ainda, a importância da autocrítica e da formação ética do psicólogo, pautadas num movimento de sempre se avaliar e desconstruir os próprios preconceitos e adesões a ideais que degradam o outro. Além da necessidade de manter, ampliar e aprofundar os estudos sobre questões raciais e o racismo. Isso precisa ser desenvolvido tanto no nível pessoal, quanto no nível coletivo e institucional. Guerra (2020, p. 11) acrescenta:

A elucidação da complexa trama do racismo à brasileira na figura do homem e da mulher de cor negra, ao lado do reconhecimento da branquitude e do esforço cotidiano de desmontagem do sistema de privilégios que ela carrega, são movimentos decisivos de um trabalho clínico e político necessário. A psicanálise resgata aqui sua função crítica e social e coloca em ação sua matriz original de disciplina dedicada à transformação. Carece aos psicanalistas, na responsabilidade articulada uma a uma, confrontar essa perspectiva inconsciente e sustentar, na diferença, mais esse passo histórico.

A partir do que foi exposto, nos resta um questionamento sobre o que podemos fazer enquanto psicólogos e psicanalistas para intervir em questões sócio-raciais e enfrentar o racismo. Os artigos analisados trazem algumas possibilidades nesse sentido: Benedito e Fernandes (2020) enfatizam a necessidade de criarmos diversos aliados, incluindo os sujeitos e grupos dominantes e não-negros, demonstrando-lhes os efeitos e as dores do racismo, promovendo um compromisso coletivo de apropriação da nossa própria história, de reconhecimento de desigualdades e privilégios e também de transformação da nossa realidade. As autoras também reforçam que esse é um novo compromisso necessário a toda a Psicologia, um desafio que há muito tempo se coloca: a construção da capacidade de romper os limites entre o clínico e o social e transitar entre esses dois domínios.

Guerra (2020) sustenta uma posição semelhante: para além de sensibilizar e dar visibilidade às questões raciais, precisamos reconstruir a história que foi apagada e negada. O trabalho psicanalítico precisa se consolidar como um espaço de elaboração que sustente as dores das vítimas do racismo e o desconforto da destituição dos lugares de privilégio. Tarefa que não se afasta do trabalho clássico de um analista que é o de sustentar o processo de

recordação e elaboração para que novas possibilidades se tornem possíveis. O desafio é o de revestir esse fazer do teor político que lhe é demandado. Junto a isso, a autora (GUERRA, 2020, p. 11) também ressalta as possibilidades de ações práticas e diretas como

defesa de cotas e ações afirmativas; ações coletivas e não apenas aquelas individuais da clínica psicanalítica; reescrita da história; criação de espaços de memória da história da escravização; reconhecimento e visibilidade da cosmologia, do valor, do saber e da cultura afrodescendentes; escrita da palavra do negro, não do branco sobre o negro; apoio aos múltiplos movimentos sociais contra o racismo.

Carrijo e Martins (2020), Barreto e Ceccarelli (2018) e Benedito e Fernandes (2020) realizaram suas pesquisas com entrevistas e demonstraram como há potencialidades num espaço aberto à fala e num trabalho de escuta comprometida. Os resultados desse tipo de pesquisa abrem importantes campos de debate e elaboração teórica. Carrijo e Martins (2020) ressaltam a necessidade da produção de mais pesquisas e trabalhos interventivos, nos quais seja possível ressignificar as palavras. Essa pode ser uma forma de promover movimentos de resistência contra o racismo e outras opressões. Alarcão (2019) constata que a ocorrência da escravização é negligenciada e silenciada no Brasil, fazendo com que algo disso sempre retorne. O autor, então, coloca como papel da psicanálise problematizar, na escuta, na fala e no pensar, aquilo que não é dito. E demonstra também, as potencialidades do trabalho clínico e de espaços de transmissão e construção de saberes, como os congressos acadêmicos. Espaços esses que precisamos cada vez mais ocupar.

Braga e Rosa (2018) apresentam exemplos de possibilidades de intervenções clínico-políticas no ambiente escolar como grupos de conversa, espaços de escuta dentro da escola e visitas domiciliares. As autoras demonstram a importância de recolocar todas as experiências coletivas dentro da trama discursiva, principalmente as experiências que são silenciadas e encobertas, reinserindo também os conflitos numa possibilidade de serem falados e elaborados. Um trabalho de reabrir o campo do humano, do desejo, do laço social, do inconsciente:

E é nessa medida que, para fazer frente a esse desamparo, seria necessário recolocar essas situações no campo humano de experiências compartilhadas, restituindo e compondo um campo discursivo em que as experiências do sujeito possam receber outras nomeações. Trata-se de ampará-lo discursivamente, questionando os significantes des que lhe são ofertados cotidianamente pelo discurso social, da desordem à desqualificação, para que possam se evidenciar outras formas de reconhecimento que não as predominantes no discurso hegemônico e para

que o sujeito possa, aí sim, se perguntar sobre o vazio que o acomete e nos é comum (Alemán, 2013). É fundamental, nesse sentido, discernir o que é o lugar de resto no discurso social e o que é uma subjetivação da falta, pois esta última é o que promove o desejo, enquanto o primeiro é o que violenta e silencia o sujeito (BRAGA; ROSA, 2020, p. 14).

Rocha et al. (2020) relatam sua experiência com crianças de 0 a 12 anos em situação de vulnerabilidade social num projeto de extensão universitária que promoveu oficinas de brincadeiras e contação de histórias. Esse projeto demonstrou as muitas possibilidades que se delineiam a partir de histórias contadas e recontadas. As autoras entendem as oficinas, onde são narrados contos com personagens negros e que remetem à história afro-brasileira e realizados momentos lúdicos relacionados à contação da história, como um dispositivo clínico de subjetivação. Nesse espaço, as crianças puderam incluir suas próprias histórias na narração e nas brincadeiras, e a escolha dos contos foi feita a partir da escuta do que se manifestava nas próprias oficinas como efeito do que era contado. Assim, eram fornecidos novos elementos simbólicos e novas possibilidades de identificação para que as crianças pudessem construir suas histórias com novas palavras e superar os laços de repetição com a violência e a exclusão social, recriando-se, escolhendo, desejando e assumindo novas posições perante o outro. Foram intervenções de muita potencialidade e eficácia, pois as crianças puderam reconhecer e falar de situações que atravessavam seus corpos, relações e vidas, e que antes eram silenciosas e invisíveis. Rocha et al. (2020, p. 7) resumem o caráter da intervenção que desenvolvem:

Nossa intervenção sustenta-se na potência da literatura infantil, literatura menor, que tem potência de invenção e ruptura de discursos cristalizados, quando o sujeito se encontra como outros olhares. Ao contar uma história outros espelhos e significantes são oferecidos no lugar da repetição da violência à qual as crianças estão submetidas. Abre-se um caminho para que a fantasia e a significação tenham um lugar, fazendo o circuito da repetição falhar. Para Petit (2009), é com essa fresta que o sujeito se produz a partir de outras palavras e pode ser mais autor de sua própria história.

E descrevem a beleza de uma dessas oficinas quando contaram e brincaram com a história de Dandara (2020, p. 8-9):

Uma menina negra, que é alvo frequente de racismo por parte das outras crianças, pela cor de sua pele, pelos seus traços e pelo seu cabelo cacheado, diz “Ah, sôra, o cabelo não!”. Ao que respondemos “Olha, o teu cabelo é igual ao de Dandara”, e uma contadora artista foi desenhando os cachos, com flores atrás da orelha. Em silêncio e atenta, a menina observava. Olhou o desenho, pensou. Parecia ter gostado e concluiu: “Meu cabelo é lindo, né,

sôra?!”. O dia foi chegando ao fim, as crianças foram ajudando a organizar algumas coisas, outras iam embora, tranquilamente. Podíamos escutá-las cantarolar o refrão de Dandara, a princesa preta e forte. [...] Nas semanas seguintes, escutamos o refrão inventado para contar a história de Dandara dos Palmares em outras atividades oferecidas pelo projeto. Dandara fez marcas, acariciou o corpo das crianças, permitindo-lhes se reinscrever nesse espaço denominado por Rodolfo (2004a, 2004b) de corpo materno. Corpos que foram acariciados por mãos negras e carregados subjetivamente aos espelhos literários, nos quais os esperavam uma princesa guerreira, libertadora, de cabelos negros, lindos e soltos. Assim, libertaram-se os cabelos “ruins”, os cabelos “feios” que, por serem negros, crespos e de herança pobre e escrava, nunca haviam alcançado a liberdade. Os cabelos e as palavras foram libertos. A palavra “negro” positivada, como sustenta Cuti (2017), p.211), “cumpra a função de exorcizar o racismo convicto, o enrustido e a anestesia de suas vítimas. É só dizer a palavra, sem medo de ser feliz”.

Encerramos esse capítulo de revisão integrativa com duas citações dos artigos analisados que certificam nosso papel no desenvolvimento de possibilidades contra o racismo, que são bem possíveis. Primeiro, uma recomendação de Rocha et al. (2020, p. 9): “soltar as palavras e deixar que inscrevam outras marcas, ressignificando as imagens negativas que a discriminação introjeta sobre ser negro, é o que se faz necessário para um reposicionamento de todos.” E, por fim, os dizeres de Costa et al. (2020, p. 152) que condensam bem tudo que foi discutido até aqui:

Buscamos sublinhar que a psicanálise não pode se esquecer de sua história e das marcas de sua chegada ao Brasil, balizada pelos discursos higienistas, sob as escusas de que, em sua estrutura epistemológica, noções como “raça” e “instinto” lhe são estranhas. Mas, também entendemos que a psicanálise não pode esquecer sua potência e vocação política, de crítica e transformação da cultura. Esse trabalho se inscreve numa rede de esforços contemporâneos, como um dos nós de um movimento maior. Nesse movimento, somos parte de um conjunto cada vez mais numeroso de analistas que apreendem como a postura de “cidadão”, conjugada com as contribuições de analistas e intelectuais negros, nos ensina a levar adiante o tesouro deixado por Freud, reiventando essa práxis de modo que, nem por negligência nem ativamente, podemos nos calar diante do racismo.

Considerações finais

O estudo que realizamos nos marca com uma constatação fundamental: o grande sustentáculo do racismo parece ser o silenciamento. Uma impossibilidade de falar sobre nosso passado, sobre a escravização, sobre a exploração e o genocídio, sobre nossos corpos, experiências, dores. Enfim, sobre tudo aquilo que reveste nossa existência. E isso aponta para a necessidade da resistência. Não no sentido psicanalítico, daquilo que emerge para manter algo desconhecido. Mas no sentido político, de enfrentamento: olhar e ver, ouvir e escutar, falar e dizer sobre o racismo. No sentido de ir na contramão de uma configuração social imposta por uma elite branca detentora de privilégios na qual subjetividade e singularidade não são possibilidades postas para todos. Resistência enquanto ação pela reconstrução de nossa sociedade, na qual a humanização pelo processo de identificação e diferenciação da coletividade é negado, transformando corpos e existências em coisas, objetos, força de trabalho vazia e em mercadorias. Resistir, nesse sentido, é resgatar a noção de que a humanidade só pode existir, de fato, enquanto coletividade permeada pela diversidade. Somos constituídos por uma história coletiva, familiar e pessoal, pela inserção numa sociedade e em diversos grupos e pela possibilidade de nos construirmos e nos transformamos constantemente pelo contato com o outro.

O racismo tira essas possibilidades: o negro é visto, falado, pensado e entendido como apenas negro. Negro não no sentido de um alguém com passado, família, história, sonhos, aspirações, medos, fragilidades, vontades, desejos. Mas negro num sentido vazio, em que não existem possibilidades identificatórias além de ser algo negro que é apontado para o nada. O racismo, assim, desumaniza. O racismo violenta num sentido existencial: só é possível existir, em qualquer medida, se não se for negro. O que é impossível. É, paradoxalmente, a impossibilidade da própria existência. Assim, os sujeitos introjetam, ou a eles é introjetada, uma busca incessante por uma possibilidade de existir que só é socialmente dita como possível através apagamento de si, pela autodesstituição do próprio lugar de sujeito, de humano, de possibilidade. É necessário deixar de ser a si mesmo, para então ser outra coisa. Mas deixar de ser a si mesmo é morte. Isso é o que significa ter o Ideal de Eu branco, do qual falamos ao longo desse trabalho. Podemos pensar que isso também é uma forma de genocídio, simbólico, psíquico e social, do povo negro: uma estrutura social que promete a existência por um caminho que só pode terminar na morte.

É por isso que ser negro, especificamente no Brasil, é um ato, por si só, de resistência. Um ato de marcar novamente a própria existência a partir de identificações que não são oferecidas de imediato: re-existência. E se nós, sujeitos negros, somos resistência e a psicanálise se propõe a recolocar o sujeito e sua singularidade no centro da experiência de vida, não há outra possibilidade: a psicanálise, enquanto ciência eminentemente clínica, precisa saber o que é essa resistência. E ser resistência também, promovendo, através da escuta e da sustentação transferencial, a possibilidade do conhecimento de identificações possíveis diferentes das que são oferecidas por uma sociedade capitalista fundada em séculos de exploração, assassinatos, estupros e silenciamento. Fundada na escravização.

Quando nos propomos a discutir, em nome da psicanálise, sobre o racismo e a população negra, estamos fazendo uma transgressão. Falar cientificamente e academicamente sobre o racismo é um movimento contraditório: ao mesmo tempo em que somos pesquisadores, somos também o objeto do qual estamos falando. O racismo nos atravessa. E o que aqui foi produzido tem essa marca. Esse trabalho só se fez possível quando não houve silêncio durante a vivência de um momento explicitamente racista dentro da universidade, nos primeiros contatos com o curso de Psicologia. Não apenas a experiência de estar inserido em uma estrutura racista, porque essa está presente desde antes do nascimento, mas a experiência de um episódio em que houve uma manifestação muito clara do racismo, numa violência verbal que causou choro, comoção, indignação e reação. O silêncio não houve, mas o silenciamento sim. Tentaram calar, amenizar, disfarçar. Silenciar. Tentaram, mais uma vez, fortalecer aquilo que sustenta o racismo em nossa sociedade. Mas existia ali um processo de formação humana, um processo de construção subjetiva pautada no vir-a-ser negro. Pautado no que Neusa Santos Souza (1983) chamou de tornar-se negro, mesmo que isso ainda não estivesse posto. Existiu resistência porque ela foi ensinada por outros que não cansaram de resistir.

Essa experiência gerou questionamentos e inquietações: era óbvio que resistir envolvia quebrar um silêncio e falar, denunciar, gritar, chorar, manifestar. Mas, se há de se falar, quem há de ouvir? E na formação universitária institucional, na graduação, sempre nos foi dito que a psicanálise se sustenta na fala e na escuta. Mas, em muitos momentos, isso parecia não ser real. Foi na formação de vida, fora de sala de aula, que essa questão começou a tomar contornos e pode ser realmente perguntada. E, hoje, depois de muito estudo, pesquisa, investigação, argumentação e aprendizagem, é sobre isso que essas considerações finais se fundamentam: a psicanálise, e a Psicologia como um todo, precisam ouvir o que a psicanálise tem dito há mais de um século. Precisamos sustentar um espaço genuíno, autêntico e

verdadeiro de fala e escuta. Sustentar uma escuta desidentificada dos ideais de brancura impostos pelas repetições sociais. Sustentar uma escuta que gere possibilidades de vida verdadeira e plena.

Isso aponta para uma fala de tudo aquilo que se fizer necessário e para uma escuta de tudo que precisar ser dito, ausente de censuras, julgamentos, valorações ou silenciamentos. Isso aponta para o que Freud (1913/2010) estabeleceu como fundamento da própria psicanálise: associação livre e atenção flutuante. É isso que tudo que desenvolvemos nesse trabalho termina por indicar. Seria essa nossa conclusão, se aqui nos propuséssemos a chegar em conclusões. Mas nosso objetivo foi outro: investigar possibilidades e construir caminhos possíveis, que tomem a forma de novas perguntas que possam ser faladas e, principalmente, que sejam escutadas por outros psicanalistas e psicólogos(as) que se interessem em somar na tarefa de respondê-las. E assim aconteceu. Muito dissemos sobre as possibilidades de compreensão do racismo. E muito dissemos também sobre a importância de os sujeitos negros poderem falar em nome próprio, por si mesmos, sendo ouvidos genuinamente e, assim, podendo recolocar possibilidades de vida para si. Falamos um pouco também sobre essas possibilidades em grupos, para sujeitos em grupos. Com isso, muitos caminhos se abrem para novas investigações.

Contudo, há algo do racismo que pode estar para além dos domínios subjetivos, intra e intergrupais. Sobra um resto do racismo que parece ainda ser nebuloso para a psicanálise: algo que transcende o sujeito, os grupos e a cultura. Falamos do ponto nevrálgico do racismo, que é elementar e está na própria constituição histórica, política e econômica de nossa sociedade, no fundamento de nosso pacto civilizatório, anterior mesmo a todos os efeitos que o racismo produz. Sustentamos a hipótese de que o racismo, nessa estrutura, só pode ser superado e eliminado pela reconstrução da sociedade brasileira desde suas raízes. A psicanálise tem muito a investigar nesse processo e muitos psicanalistas têm contribuído imensamente para que ele se torne uma possibilidade em nosso horizonte. Porém, resta uma inquietação. Nos perguntamos se a psicanálise pode estar na vanguarda da luta pela transformação da sociedade brasileira, numa ação que seja, de fato, política. Nos questionamos se o fazer eminentemente clínico da psicanálise pode se revestir da força política que o enfrentamento ao racismo requer. Colocando em outras palavras: o trabalho de fala e escuta sob transferência pode ser suficientemente político para ser parte integrante do processo de real desconstrução do racismo estrutural? Ou essa desconstrução requer ações inalcançáveis para a psicanálise? Esses questionamentos se condensam em uma questão que atravessa nossa história de

formação para a Psicologia, dentro e fora dos espaços institucionais, e que sempre nos pareceu fundamental. É com ela que encerramos a construção desse trabalho e esperamos iniciar muitos outros debates:

Pode, na psicanálise, existir algum potencial politicamente revolucionário?

Referências

- ALARCÃO, G. G. Escravização, preconceitos e psicanálise. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 52, n. 97, p. 227-240, 2019.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- BARBOSA, K. O.; FERREIRA, A. A. L. Virgínia Leone Bicudo: contribuições aos estudos sobre relações raciais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. Especial, p. 66-79, 2020.
- BARRETO, R.; CECCARELLI, P. R. Considerações psicanalíticas sobre preconceito racial: um estudo de caso. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 50, p. 145-154, 2018.
- BENEDITO, M. S.; FERNANDES, M. I. A. Psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, n. Especial, e229997, 2020.
- BOCK, A.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. A multideterminação do humano: uma visão em Psicologia. In: _____ (org). **Psicologias**. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999. p. 167-168.
- BRAGA, A. P.; ROSA, M. D. Escutando os subterrâneos da cultura: racismo e suspeição em uma comunidade escolar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 23, e2315, 2018.
- CAMARGO, C. L.; SANTOS, L.; LACERDA, R. S.; TACSI, Y. C. Reflexões sobre a violência vivenciada por crianças e adolescentes negros. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (org). **Saúde da população negra**. São Paulo: ABPN, 2012. p. 338-355.
- CARRIJO, C.; MARTINS, P. A. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60721, 2020.
- CASTRO, R. **A sublimação do 'id primitivo' em 'ego civilizado'**: o projeto dos psiquiatras-psicanalistas para civilizar o país (1926-1944). 2014. 242 p. Tese (Doutorado em História das Ciências). Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16091>>. Acesso em: 18 out. 2020.
- COSTA, C. A. R. et al. Racismo e necropolítica: um debate entre teoria social e psicanálise. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. Especial, p. 139-155, 2020.
- COSTA, D. B.; AZEVEDO, U. C. Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. **Socializando**, v. 3, n. 1, p. 145-154, 2016.
- COSTA, E. S. Racismo como metaenquadre. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 146-163, 2015.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. [Originalmente publicado em 1981]. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREUD, S. Construções na análise. In: _____. **Obras incompletas de Sigmund Freud: fundamentos da clínica psicanalítica.** Tradução de Claudia Dornbusch. [Originalmente publicado em 1937]. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 266-276. v.??

_____. O início do tratamento. In: _____. **Obras completas.** Tradução de Paulo César de Souza. [Originalmente publicado em 1913]. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10.

_____. O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras completas.** Tradução de Paulo César de Souza. [Originalmente publicado em 1930]. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18.

_____. À guisa de introdução ao Narcisismo. In: _____. **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente.** [Originalmente publicado em 1914]. Rio de Janeiro: Imago, 2004. v. 1. p. 95-131.

GUERRA, A. M. C. O Papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, n. Especial 2, e9547, 2020.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26. ed. [Originalmente publicado em 1936]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, P. M. R.; LIMA, S. C. Psicanálise Crítica: a escuta do sofrimento psíquico e suas implicações sociopolíticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, e. 190256, p. 1-15, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 2. ed. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. [Originalmente publicado em 1932]. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MENEZES, D. et al. Das impossibilidades do racismo etnosemântico à fala como saída. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. Especial, p. 124-138, 2020.

MOREIRA, J. D. O. et al. Psicanálise e uma ontologia política identitária: leitura sobre a expressão “cultura negra”. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, n. Especial 2, e8916, 2020.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a Psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 27-37.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** [Originalmente publicado em 1978]. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga.** São Paulo: EDUSP, 1998.

RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

ROCHA, M. G. et al. Contação de histórias como dispositivo clínico na infância frente ao racismo à brasileira. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, n. Especial 2, e8986, 2020.

ROSA, M. D. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 41-42, p. 29-40, jul. 2011/jun. 2012.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, M. L. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a Psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 61-77.

SOUZA, J. A construção do mito da brasilidade. In: _____. (org). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 29-39.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.